



**ANÁLISE DA HISTÓRIA DA ACADEMIA DOS GUARDAS-
MARINHAS À ESCOLA NAVAL DE PORTUGAL E DO BRASIL
NO PERÍODO ENTRE 1822 E 1845.**

Artur Eloi Roman

Mestrado em História Marítima

Dissertação orientada pelo
Prof. Doutor António José Duarte Costa Canas, especialmente elaborada para a
obtenção do grau de mestre em História Marítima.

2024



**ANÁLISE DA HISTÓRIA DA ACADEMIA DOS GUARDAS-
MARINHAS À ESCOLA NAVAL DE PORTUGAL E DO BRASIL
NO PERÍODO ENTRE 1822 E 1845.**

Artur Eloi Roman

Mestrado em História Marítima

Dissertação orientada pelo
Prof. Doutor António José Duarte Costa Canas, especialmente elaborada para a
obtenção do grau de mestre em História Marítima.

2024

Epígrafe

“Depois o successivo desenvolvimento das sciencias mathematicas, tanto puras como applicadas, veiu melhorar e aperfeiçoar grandemente a nautica, e é por isso que a partir de Colbert, o primeiro organisador de esquadras modernas, se começa. a reconhecer a necessidade de concentrar no mesmo individuo - o official de mar - todos os conhecimentos necessarios para que elle possa mover, dirigir e utilizar em todas as suas applicaçõs esse complexo organismo que se chama navio. Por isso só no seculo passado é que se generalisa nas nações marítimas o ensino scientifico para aquelles que se destinam á nobre profissão de officiaes de marinha, não devendo portanto causar admiração que n'um paiz como Portugal, em cuja historia as paginas mais brilhantes são por sem duvida as que se referem á sua acção maritima, seja tão recente a organisação scientifica dos estudos navaes. (Vicente M.M. C. Almeida D’Eça)¹

¹ Vicente M.M. C. Almeida D’Eça, *Nota sobre os estabelecimentos de Instrução Naval em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 4.

Agradecimentos

A pesquisa histórica muitas vezes é vista como um trabalho solitário, com a imagem do historiador imerso em documentos e reflexões teóricas, seja em arquivos no Brasil ou em outros lugares do mundo. No entanto, a elaboração desta dissertação de mestrado foi tudo menos solitária. Recebi apoio essencial do meu orientador, o Prof. Doutor António José Duarte Costa Canas, que me incentivou a me deslocar do Rio de Janeiro para Lisboa, onde realizei minha pesquisa no Arquivo Histórico da Marinha.

Além disso, as contribuições do meu colega de mestrado, Senhor Vagner da Rosa Rigola, foram de grande importância. Nossas discussões e ideias não apenas enriqueceram minha pesquisa, mas também facilitaram o processo de conclusão do trabalho.

Por oportuno, ao Professor Cesar Dias Quintana, professor da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) - Rio de Janeiro - Brasil, pois foi um grande incentivador para a escolha do tema da dissertação durante as discussões sobre o ensino da náutica ao longo dos tempos.

Ao amigo, Vinicius Santana Dias por me apoiar logisticamente para que realizasse a minha viagem, para Lisboa, afim de realizar a pesquisa nos arquivos do Arquivo Histórico da Marinha.

Quero expressar minha gratidão a essas três pessoas, que foram fundamentais ao longo dessa jornada no Mestrado em História Marítima, na Faculdade de Letras de Lisboa. Também agradeço à minha esposa, Isabel Telles Ribeiro Roman, e à minha filha, Maria Telles Ribeiro Roman, amores da minha vida. Elas acreditaram em mim, me apoiaram e nunca me deixaram desistir, sempre proferindo palavras de incentivo e compreensão nos momentos em que eu me dediquei aos estudos e à vida profissional.

Resumo

Este trabalho analisa a evolução da formação acadêmica dos Oficiais da Marinha Portuguesa, desde a criação da Academia Real dos Guardas Marinhas, fundada em Lisboa em 14 de dezembro de 1782. Durante esse período, foi reconhecida a importância da formação de profissionais capacitados para conduzir embarcações pelos mares, enfatizando o caráter crucial para o aprimoramento científico e técnico necessário para as singraduras marítimas. O estudo também abrange a transferência da Família Real para o Brasil antes da Invasão Napoleônica, culminando na organização da Companhia Real de Guardas Marinhas no Brasil, sob a direção de Dantas Pereira.

Dentro desse contexto, com o retorno de Dom João VI a Portugal, após a Independência do Brasil, em 1822, o projeto do trabalho propõe a elaboração de uma dissertação dividida em três capítulos e anexos. O primeiro capítulo tem como foco a história da formação da Academia Real dos Guardas-Marinhas e suas influências, enquanto o segundo e o terceiro capítulos exploraram os movimentos que levaram à fundação da Escola Naval tanto no Brasil quanto em Portugal, em 1845. Essa abordagem viabiliza a análise dos estudos e relatos pertinentes à manutenção da formação dos Oficiais da Armada Real, no período entre 1807 e 1845 em Portugal, com ênfase na atuação da Academia Real, Escola Politécnica e dos Voluntários da Armada Real.

Palavras-Chave: Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinhas, Marinha Imperial, Ensino Militar; Voluntários.

Abstract

This work analyzes the evolution of the academic training of Portuguese naval officers since the creation of the Academia Real dos Guardas Marinhas, founded in Lisbon on December 14, 1782. During this period, the importance of training professionals capable of guiding vessels across the seas was recognized, emphasizing the crucial nature of the scientific and technical training required for maritime adventures. The study also covers the transfer of the Royal Family to Brazil before the Napoleonic Invasion, culminating in the organization of the Companhia Real de Guardas Marinhas in Brazil, under the direction of Dantas Pereira.

Within this context, with the return of Dom João VI to Portugal, following Brazil's independence in 1822, the work project proposes the preparation of a dissertation divided into three chapters and annexes. The first chapter focuses on the history of the formation of the Royal Marine Guards Academy and its influences, while the second and third chapters explore the movements that led to the foundation of the Naval School in both Brazil and Portugal in 1845. This approach makes it possible to analyze the studies and reports pertinent to the maintenance of the training of Royal Navy Officers in the period between 1807 and 1845 in Portugal, with an emphasis on the work of the Academia Real, Escola Politécnica and the Royal Navy Volunteers.

Keywords: Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinhas, Imperial Navy, Military Education, Volunteers.

Índice

Epígrafe.....	iii
Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract.....	ix
Índices de ilustrações	xiii
Lista de Abreviaturas, siglas e acrônimos	xiv
Glossário.....	xvi
Introdução.....	1
1. Breve Histórico da Origem da Academia Real e suas influências	12
1.1 Da Criação Napoleônica e Família Portuguesa (1782).....	125
1.2 Invasão Napoleônica e Família Real Portuguesa.....	18
1.2.1 O Tratado de Fontainebleau	19
1.2.2 A retirada da Família Real no Brasil: Transformações, Preparativos e Impactos	22
1.2.2.1 Os Preparativos para a Retirada da Família Real	26
1.2.2.2 Abertura dos Portos e Mudanças Econômicas	26
1.2.2.3 Instituições Culturais e Educacionais.....	28
1.2.2.4 A Formação de uma Identidade Nacional.....	29
1.2.2.5 As consequências da Invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas	29
2. A Academia de Guardas-Marinhas no Brasil.....	31
2.1 Da criação da Academia Real de Guardas-Marinhas: José Maria Dantas Pereira	31
2.2 A evolução da permanência da Academia de Guardas-Marinhas no Brasil entre 1808 e 1845.....	41
3. A evolução da formação da Escola Naval de Portugal.....	48
3.1 A Partida da Academia Real de Guardas-Marinhas para o Brasil (1807-1825)	49
3.2 O Retorno da formação de Guardas-Marinhas em Portugal e o Estabelecimento da Escola Naval (1822-1845).....	49
3.3 Voluntários: uma saída para a formação de Guardas-Marinhas em Portugal	52
3.4 Arquivo Histórico da Marinha Portuguesa	55
3.5 Dona Maria II e a Consolidação da Escola Naval (1845-1860)	56
Conclusão	59
Fontes e bibliografia.....	66

ANEXO A - Regulamento Provisório do Ensino dos Guardas-Marinhas, Aspirantes e Voluntários da Armada Real de 1826.....	70
ANEXO B – Manuscrito referente aos Lentes da Academia Real de Marinha (18.03.1814)	72
ANEXO C – Manuscrito referente a Requerimento para ser voluntário da Armada Real (28.07.1819)	73
ANEXO D – Manuscrito referente ao primeiro ano do Curso de Matemática da Academia Real de Marinha (31.03.1819)	74
ANEXO E – Manuscrito referente a aceitação de aluno nos Navios de Guerra como voluntário (07.07.1820)	75
ANEXO F – Manuscrito referente a aceitação de aluno como voluntário na Academia Real da Marinha (11.05.1821)	76
ANEXO G – Manuscrito referente a ingresso de alunos na Academia Real de Marinha (14.07.1821)	77
ANEXO H – Manuscrito referente a solicitação de ingresso na Academia Real da Marinha (22.11.1821)	78
ANEXO I – Manuscrito referente a solicitação de ingresso na Academia Real da Marinha (03.07.1822).....	79
ANEXO J – Manuscrito referente a solicitação de ingresso na Armada Real (14.04.1825)	80
ANEXO L – Manuscrito referente as atividades dos Lentes da Academia Real da Marinha (23.01.1826)	81
ANEXO M – Manuscrito referente as atividades dos Lentes na Academia Real da Marinha (10.03.1826)	82
ANEXO N – Manuscrito referente a petição para ser Aspirante a Guarda-Marinha (08.03.1826)	83
ANEXO O – Manuscrito referente as atividades dos Lentes na Academia Real da Marinha (SEM DATA)	84

Índices de ilustrações

Imagens

Imagem 1. Imagem de antigo instrumento de localização, a rosa dos ventos, do livro de Manuel Pimentel, Arte de navegar (1762, p.12).....1

Imagem 2. Imagem dos Itinerários da primeira invasão francesa e itinerários das forças britânicas e portuguesas.....18

Imagem 3. Imagem da Declaração de guerra feita por D. João a Napoleão Bonaparte e todos os seus vassallos, 1808. Arquivo Nacional.....19

Imagem 4. Imagem do alvará de criação da SRM pela Rainha_Fonte: Revista Navigator Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/1523>.....37

Lista de Abreviaturas, siglas e acrônimos

AHM – Arquivo Histórico de Marinha

ARCL – Academia Real das Ciências de Lisboa

ARGM – Academia Real dos Guardas-Marinhas

ARM – Academia Real da Marinha

BCM – Biblioteca Central de Marinha

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BM – Biblioteca da Marinha

CGM – Companhia dos Guardas-Marinhas

CMG – Capitão de Mar e Guerra

RMB – Revista Marítima Brasileira

SRM – Sociedade Real Marítima

Glossário

Charrua - Navio de transporte

Efemérides – Referem-se a um conjunto de datas comemorativas relacionadas à história naval de um país ou organização. As efemérides marcam eventos importantes, como: **Aniversários de batalhas e vitórias navais:** Comemorando triunfos e heroísmo em conflitos importantes para a história naval. **Data de fundação de instituições navais:** Homenageando a criação de escolas navais, arsenal naval, corpos de oficiais e outras organizações essenciais para a defesa do país. **Aniversários de nascimento e morte de figuras importantes:** Recordando a vida e as contribuições de grandes comandantes e personagens marcantes da história naval. As efemérides servem para preservar a memória naval de um país, mantendo viva a história de seus heróis e de suas conquistas, e para inspirar as novas gerações de marinheiros e oficiais.

Lente - Refere-se aos **professores** que ensinavam os futuros oficiais da Marinha Portuguesa. Os "lentes" eram figuras chave no processo de formação da oficialidade naval, transmitindo os conhecimentos teóricos e práticos essenciais para que os aspirantes pudessem liderar as frotas portuguesas. Eles detinham um papel fundamental na construção do saber naval, combinando o ensino das ciências matemáticas e astronômicas com as artes da navegação, da guerra e da vida no mar. A Academia Real de Marinha era um ambiente único e complexo, onde os "lentes" se dedicavam à tarefa de ensinar os jovens a ser oficiais competentes e honrados, capazes de servir com bravura e competência à Cor.

Voluntário – Refere-se a indivíduos que, por iniciativa própria, se alistam para servir na marinha, sem obrigação legal ou por meio de um recrutamento formal. A vida de voluntário na Marinha era difícil. Eles se submetiam a longos períodos em alto mar, trabalhos árduos e condições precárias de vida. Mesmo assim, os voluntários foram fundamentais para a construção da Marinha Portuguesa durante os séculos XVII e XVIII, sendo responsáveis por garantir a defesa do império em diversas guerras e conflitos.

Introdução

«La marine est une arme difficile et elle devint rapidement l'arme savante par excellence. Depuis le siècle des Lumières, le matériel naval n'a cessé de se transformer, de se perfectionner, les bases de l'enseignement fourni aux futurs officiers de marine et aux officiers de marine durant le déroulement de leur carrière ont dû être constamment révisées pour tenir compte du progrès des sciences, bouleversant les techniques, et des missions imparties à la Marine par la Nation. Former des officiers pour la marine de guerre, c'est former des hommes conscients de leur devoir envers leur pays, c'est former des marins, ce qui suppose allier une pratique intensive et concrète de la mer à une forte théorie ; c'est former des combattants et des chefs capables de faire la guerre sur la mer, sous la mer et au-dessus de la mer et de conduire les hommes qu'ils commandent au combat, et de nos jours, c'est former des hommes sachant aborder et exploiter les techniques aéro-maritimes les plus pointues et suivre leur évolution ; enfin, lorsqu'ils deviennent officiers supérieurs et généraux, c'est former des chefs ayant les connaissances maritimes, militaires, stratégiques et politiques leur permettant de mener à la victoire des forces organisées complexes, parfois inter-armes, dans des contextes politico-géographiques souvent difficiles.»²

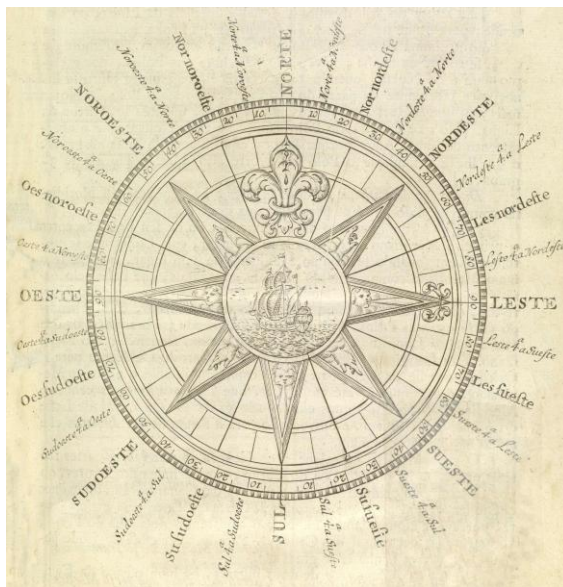


Imagem 1. Imagem de antigo instrumento de localização, a rosa dos ventos, do livro de Manuel Pimentel, *Arte de navegar* (1762, p.12).

² Patrick Geistdoerfer, « La formation des officiers de marine : de Richelieu au XXI^e siècle, des gardes aux « bordaches » », *Techniques & Culture* [En ligne], 45 | 2005, mis en ligne le 22 mai 2008, consulté le 13 septembre 2024. URL : <http://journals.openedition.org/tc/1467> ; Disponible en : <https://doi.org/10.4000/tc.1467>.

Portugal foi um país que desde a criação da Academia Real dos Guardas-Marinhas, fundada em Lisboa, em 14 de dezembro de 1782, entendeu que a formação de profissionais capazes de conduzir as embarcações, através dos mares, tinha um caráter importantíssimo para o aprimoramento científico e técnico profissional para realizar as suas singraduras marítimas.

A profissão naval tomou forma em um tempo em que a Marinha era uma frota de embarcações a vela. Em muitos sentidos, portanto, o treinamento, as tarefas e os padrões dos oficiais navais eram diferentes daqueles de nosso tempo. Diz-se que o comando de um navio moderno, com seus equipamentos técnicos elaborados, requer uma mente cientificamente treinada. O comando de um navio a vela requeria a mente de um artesão. Apenas pessoas iniciadas em tenra idade na vida no mar poderiam esperar dominar essa técnica. “Recrutá-los jovens” era um conhecido lema da antiga Marinha. Era normal que um rapaz jovem começasse sua futura carreira de oficial naval aos 9 ou 10 anos diretamente a bordo.³

A citação de Elias nos remete à profunda transformação que a atividade naval sofreu ao longo dos séculos, evoluindo de um ofício artesanal, dominado pela experiência prática adquirida desde a infância, para uma profissão que exige formação teórica, científica e prática. A Academia Real dos Guardas-Marinhas, por sua vez, se viu inserida nesse processo de transição, incorporando gradativamente, em seus currículos e práticas, as inovações que surgiam na área da ciência, tecnologia e da própria organização militar.

Em 1796 consolida-se a formação acadêmica da Academia Real dos Guardas-Marinhas ao fato de implementação de uma organização interna oficialmente na data de 1 de Abril de 1796, momento de divulgação de uma Carta-Régia de D. Maria I⁴. Aprovados posteriormente, os estatutos tinham em sua concepção formativa as bases acadêmicas necessárias para consolidação de um ensino militar experimentado em um ambiente de regime disciplinar mais rígido.

É importante destacar que Portugal vivia um período turbulento, sob a influência do contexto napoleônico na Europa. Com o decreto do bloqueio continental pela França,

³ Elias, Nobert. Estudo sobre a gênese da profissão naval: Cavalheiros e Tarpelins. In: Revista Mana: estudos de Antropologia Social, nº 7, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132001000100005&script=sci_arttext.

⁴ Portugal. Carta lei de 1.04.1796. Estatutos da Academia Real dos Guardas-Marinha. In: Albuquerque, 1979, p. 48.

Portugal, que mantinha relações históricas e extremamente fortes com a Coroa Britânica, recusou-se a aderir ao bloqueio. Essa decisão foi crucial para a mudança da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, conforme estipulado pela Convenção Secreta de Londres, de 1807, firmada entre Inglaterra e Portugal. Além da transferência da corte, esse acordo incluía a assinatura de um novo tratado de comércio com a chegada da família real ao Brasil.

Nesse cenário, sob a liderança de José Maria Dantas Pereira, foi organizada a formação da Academia Real de Guardas-Marinhas, para que esta acompanhasse a família real em sua transferência. Essa medida visava assegurar a continuidade da formação naval portuguesa, mesmo fora de seu território de origem, no contexto do exílio da corte no Brasil.

Neste contexto histórico, poucos anos após a Independência do Brasil, em 1822, apesar de alguns membros da Academia Real de Guardas-Marinhas terem jurado fidelidade a Dom Pedro I, Imperador do Brasil, outros optaram por retornar a Portugal, recebendo autorização para tal. Visando adaptar o ensino naval à nova realidade brasileira, foi criada uma comissão com o intuito de tornar o ensino naval independente do modelo português. Esse processo, que se estendeu de 1822 até 1845, culminou com a publicação da Carta de Lei de 23 de abril de 1845, que oficializou a criação da Escola Naval Portuguesa, regulamentada pelo decreto de 19 de maio do mesmo ano.

Por outro lado, por decreto de D. Maria II, filha de Dom Pedro I, a Academia Real dos Guardas-Marinhas foi rebatizada como Escola Naval Portuguesa, mantendo-se nas instalações do Terreiro do Paço, na antiga Ribeira das Naus, local de grande valor simbólico por estar historicamente associado aos Descobrimientos Portugueses. Assim, em 1845, durante o reinado de Dona Maria II, os membros que haviam retornado a Portugal fundaram oficialmente a Escola Naval Portuguesa, em Lisboa.

Com o objetivo de explorar este cenário histórico e suas implicações, esta dissertação está estruturada em três capítulos, além de anexos. No primeiro capítulo, será abordada uma breve história da formação da Academia Real de Guardas-Marinhas e suas influências iniciais. O segundo capítulo focará na evolução da formação da Escola Naval Brasileira, e o terceiro discutirá os movimentos e o desenvolvimento da fundação da Escola Naval de Portugal, em 1845.

Sendo assim, nesta dissertação há a ambição de ampliar estudos já realizados por outros historiadores que abordaram o tema da formação do Oficial de Marinha da Marinha Imperial Portuguesa e durante a divisão entre Portugal e Brasil.

Nesse contexto tentarei encontrar “pistas” e subsídios que nos poderão fazer entender como se procedeu a formação de Oficiais, no período entre 1822 e 1845, da Marinha Portuguesa notadamente.

Entende-se que a organização do estudo deverá culminar em uma das hipóteses de trabalho:

Hipótese 1 – Pelo período conturbado em que se encontrava Portugal, lidando com uma Guerra Civil em curso e devido à Revolução Liberal de 1820, não haveria formação de Oficiais em Portugal, pois o regresso da CRGM para Lisboa não ocorreu após a Independência do Brasil.

Hipótese 2 – Embora estando num período conturbado, como dito na hipótese 1, há a formação de Oficiais, conforme modelo adotado pela Inglaterra historicamente, com a aprendizagem e formação embarcado em Navios de Guerra.

Hipótese 3 – O Império Português mesmo deslocando a CRGM, ou seja, a formação de Oficiais da Marinha Portuguesa para o Brasil, manteve em Portugal uma formação híbrida entre a Academia Real de Marinha em Lisboa e pelo programa de Voluntários com aprendizado na prática, conforme modelo inglês. Posteriormente com estudos na Escola Politécnica e, enfim, a criação da Escola Naval portuguesa.

Importante enfatizar que muitos estudos foram feitos sem ampliar de fato a formação no período questionado nessa dissertação, exceto em breves apontamentos como do livro de *Navios, Marinheiros e Arte de Navegar 1669-1823*.

Chegamos assim ao final do período em análise neste volume da História da Marinha Portuguesa. Consideramos, porém que vale a pena apresentar, muito brevemente, aquilo que aconteceu nos anos subsequentes. O país vivia então momentos conturbados, fruto da Revolução e da Guerra Civil que se seguiu. Em 4 de Julho de 1825, foi retomado o funcionamento da Companhia dos Guardas-marinhas, em Lisboa, nas mesmas instalações onde antes funcionava, na Sala do Risco do Arsenal de Marinha. Quanto à forma como se passou a processar o ensino, esta foi definida no Regulamento Provisório de 29 de Março desse mesmo ano. As aulas teóricas, do curso matemático, eram ministradas na Academia Real de Marinha. Recordemos que esta manteve sempre a sua actividade em Lisboa, mesmo durante a estadia da coroa no Brasil. Os alunos da Companhia de Guardas-marinhas apresentavam-se na Academia sob a forma de um destacamento, chefiado

pelo mais graduado. Em relação às aulas de cariz mais prático e naval, elas eram ministradas na sede da Companhia. Em 21 de Junho de 1825, integravam a Companhia vinte e quatro Guardas-marinhas, sessenta e oito aspirantes e trinta e sete voluntários. Esta categoria manteve-se para os alunos oriundos da Academia Real de Marinha, mesmo durante o período em que a Companhia funcionou no Brasil. Um outro passo importante para a Companhia foi a abolição da necessidade de apresentar as «provanças» de nobreza. Tal ocorreu em consequência da Revolução Liberal. O decreto que aboliu essa necessidade é datado de 27 de Agosto de 1832. A Academia de Guardas-marinhas manteve-se em funcionamento até à criação da Escola Naval, por Carta de Lei, de 23 de Abril de 1845, da Rainha D. Maria II.⁵

Isso posto, foram identificadas cinco dissertações em que o tema é abordado de diferentes pontos de discussão, tempo e espaço, no qual faço constar nessa dissertação.

Na dissertação de Carlos André Lopes da Silva, "*A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha*", o autor explora a importância desta instituição militar no processo de formação do oficialato da Marinha brasileira, durante o período de 1808 a 1839. Ele argumenta que a Academia formava um segmento específico dentro da estrutura burocrática do Estado brasileiro, o oficialato militar empregado na Marinha de guerra. Essa formação era distinta daquela oferecida aos oficiais do Exército, destacando-se pelo ensino de ciências e pela formação prática. Através dessa instituição, o Brasil buscava profissionalizar os oficiais navais, seguindo modelos europeus, especialmente o britânico.

Silva utiliza as teorias de Samuel P. Huntington sobre a "profissão militar" e de Norbert Elias que analisa a "profissão naval", para fundamentar a análise do desenvolvimento desse corpo de oficiais. O autor também contrasta sua abordagem com outros historiadores que estudaram a Academia, como Augusto Zacarias da Fonseca e Costa, Lucas Alexandre Boiteux, Levy Scavarda e Antônio Luiz Porto e Albuquerque, afirmando que sua principal pergunta não se limitava à trajetória institucional, mas sim à formação dos homens que a compunham.

O texto identifica uma tensão entre a origem social dos oficiais e as habilidades adquiridas através do treinamento, similar ao que Elias descreve em relação à Marinha britânica, onde havia uma disputa entre oficiais de origens nobres e aqueles formados

⁵ Pereira, José Manuel Malhão (Coord.). *Navios, Marinheiros e Arte de Navegar 1669-1823*. Lisboa: Academia de Marinha, 2012.

pela prática profissional. Silva explora como a Marinha brasileira também incorporou oficiais estrangeiros, especialmente britânicos, após a independência, e como esses oficiais contratados ajudaram a consolidar o profissionalismo militar-naval no Brasil.

O autor conclui que a Academia dos Guardas-Marinhas, apesar de certas limitações, desempenhou um papel crucial na profissionalização do oficialato naval brasileiro, combinando um ensino científico com uma formação prática e elitista, sendo um dos pilares da construção do Estado nacional brasileiro.

No estudo "*Academia de Marinha: Normatização da formação militar naval no período de construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1858)*", Luana de Amorim Donin analisa as reformas que moldaram a Academia de Marinha no Brasil, destacando a influência dos programas navais europeus na construção acadêmica militar da instituição. Entre as décadas de 1830 e 1850, a Academia de Marinha passou por transformações que tinham como foco consolidar uma formação científica e profissionalizada para o oficialato naval brasileiro, baseada nos avanços tecnológicos e nas concepções modernas da carreira militar.

A obra evidencia que as duas maiores potências navais da época, Inglaterra e França, serviram como modelos para o Brasil Imperial. A *Royal Navy* britânica, reconhecida por sua supremacia marítima, consolidada pela Revolução Industrial, e a Marinha Francesa, que procurava acompanhar o avanço britânico, influenciaram as discussões sobre o melhor programa naval para o Brasil. O Ministro da Marinha brasileiro, Jacinto Roque de Sena Pereira, em 1840, destacava o papel dessas potências ao afirmar que "três Nações Marítimas disputam a primazia da perfeição da força de mar" e que a educação dos futuros oficiais deveria ser moldada segundo esses exemplos.

As inovações tecnológicas, como a introdução dos navios a vapor, couraças e novas armas, exigiam mudanças na formação dos oficiais, que precisavam adquirir habilidades técnicas e científicas para lidar com as novas demandas da guerra naval. Nesse contexto, o oficialato passou a ser visto como um corpo especializado, hierarquicamente superior, com um papel essencial na manutenção do poder do Estado-Nação. A formação desses oficiais tornou-se um fator crítico, influenciado pela experiência prática nas frotas e pelo ensino científico, características já presentes nos programas educacionais da Inglaterra e da França.

Donin ressalta que a *Royal Navy* baseava a educação dos oficiais na prática diária a bordo, em navios-escolas, o que se refletiu nas políticas educacionais brasileiras. Por outro lado, a Marinha Francesa dava maior ênfase ao ensino teórico e científico, com instituições como a *École Polytechnique* e a *École Navale* fornecendo uma formação técnica rigorosa aos seus oficiais. A busca por modelos navais modernos no Brasil, no entanto, também enfrentou as tradições antigas da navegação, no qual o processo de transição foi gradual.

A reforma de 1858 na Academia de Marinha Brasileira refletiu essa assimilação dos modelos navais europeus, estabelecendo uma nova estrutura educacional que combinava o ensino prático e científico, promovendo o mérito e a disciplina como pilares do novo oficialato naval. O projeto da Marinha Imperial foi influenciado por esses programas europeus, que ajudaram a moldar o caminho para a profissionalização militar no Brasil.

A dissertação de Ana Patrícia Morais da Fonseca Martins, intitulada *Daniel Augusto da Silva (1814-1878) e o Cálculo Actuarial*, tem como objetivo principal estudar o contributo de Daniel Augusto da Silva, um dos mais importantes matemáticos portugueses do século XIX.

Discute-se o papel da Academia Real dos Guardas-Marinhas (ARGM), uma instituição de ensino militar que funcionou entre 1782/83 e 1845, e como ela influenciou a educação científica em Portugal.

Aborda a Companhia de Guardas-Marinhas, contextualizando a origem e organização militar portuguesa com o seu objetivo de formar oficiais para a Marinha, buscando oferecer uma instrução rigorosa, principalmente, em áreas como matemática, navegação e engenharia naval, temas essenciais para a formação de oficiais capazes de atuar em uma marinha moderna.

Ela também faz um estudo de um período significativo para a ARGM, com a partida da academia para o Brasil entre 1807 e 1825, durante a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, no contexto das Guerras Napoleônicas.

Neste período, a ARGM continuou a funcionar no Brasil, embora em condições diferentes, e Martins examina como essa mudança influenciou a formação dos oficiais e a continuidade da educação científica na academia.

Apesar das dificuldades logísticas e do contexto de guerra, a ARGM manteve sua missão educacional e continuou a formar oficiais que seguiriam para a Marinha portuguesa.

Após o regresso da ARGM a Portugal, ela faz uma abordagem que destaca o retorno da formação científica e militar em solo português, com o período de 1825 a 1845, que abrange tanto a criação da Escola Politécnica (EP) quanto a fundação da Escola Naval (EN), retratando o desenvolvimento da educação com a criação da Escola Politécnica, que veio a ser uma instituição complementar à ARGM, fornecendo uma base científica mais sólida para a formação dos oficiais. Em seguida, estuda o período entre a criação da EP e a Escola Naval, ressaltando a transição de uma academia militar para uma escola dedicada à formação científica e técnica dos futuros oficiais da Marinha.

Essa evolução educacional refletiu mudanças nas exigências da Marinha, que necessitava de oficiais com competências avançadas em engenharia naval, matemática aplicada e outras ciências exatas, como a física e a geografia, temas que se tornaram parte do currículo tanto da ARGM quanto das novas instituições que a sucederam. Martins traça, assim, uma linha histórica que conecta a trajetória da ARGM à modernização da educação militar e ao surgimento de novas instituições de ensino, voltadas para as necessidades da ciência e da tecnologia, como a Escola Naval e a Escola Politécnica. A obra de Martins também reflete sobre os desafios e mudanças que ocorreram ao longo deste período.

Na dissertação de Nuno Martins Ferreira, *A Institucionalização do Ensino da Náutica em Portugal (1779-1807)*, o autor propõe-se a analisar a organização do ensino náutico em Portugal, a partir da segunda metade do século XVIII até o início do século XIX. O ensino da náutica, ou a arte de navegar, ganha relevância nesse período, refletindo o crescente processo de profissionalização das atividades ligadas ao mar e a crescente demanda de um Estado moderno por oficiais qualificados para a Marinha.

Ferreira explora aspectos ainda pouco estudados da história do ensino da náutica, como o contexto da criação das academias, onde a náutica se destacou como disciplina central, principalmente devido à sua relação com as ciências exatas, em particular a matemática, e o nascimento do ensino técnico em Portugal. Ele também examina as transformações no ensino da arte de navegar e caracteriza as academias quanto às suas

condições de criação, composição do corpo docente, perfil dos alunos e planos de estudo.

Um dos pontos discutidos pelo autor é o conflito recorrente entre o saber teórico, muitas vezes desenvolvido em ambiente acadêmico, e a prática marítima, vivenciada diretamente pelos homens do mar. Ferreira faz referência ao matemático Pedro Nunes, cosmógrafo-mor, que viveu esse confronto ao tentar aplicar seus conhecimentos científicos às práticas marítimas do seu tempo, evidenciando a dicotomia entre o conhecimento acadêmico e a experiência prática.

O autor também faz uma análise comparativa entre os modelos de ensino de navegação seguidos por outras potências europeias, como França e Inglaterra, cujas abordagens variavam no equilíbrio entre teoria e prática.

Um aspecto fundamental da obra é a análise crítica da relação entre o saber teórico e a experiência prática dos marinheiros, um tema que Ferreira considera como um dos principais desafios enfrentados pelas academias navais.

Ele também aborda a carência de estudos dedicados ao ensino da náutica, nos séculos XVII e XVIII, destacando a ausência de trabalhos que explorem o ensino da navegação durante o século XVIII, que, segundo o autor, representa uma lacuna significativa no campo da história da náutica portuguesa.

Por fim, Ferreira critica a tradicional teoria da decadência portuguesa no contexto da expansão marítima, argumentando que o ensino náutico, mesmo com suas flutuações, continuou a evoluir e a contribuir para a formação de oficiais navais competentes, tanto na metrópole quanto no ultramar, especialmente no Brasil, Macau e Goa. A análise desse período é essencial para corrigir a visão tradicional e reconhecer a continuidade e importância do ensino náutico em Portugal, nos séculos posteriores à era dos Descobrimentos

Na dissertação de Tiago Manuel de Almeida, *Biografia de José Maria Dantas Pereira*, o autor oferece uma análise detalhada sobre a vida e as contribuições de José Maria Dantas Pereira (1772-1836), uma figura central na história marítima de Portugal, especialmente no campo do ensino náutico. Dantas Pereira destacou-se pela função de organizar, a dedicação à Companhia Real dos Guardas-Marinhas (CRGM) e por sua carreira multifacetada, na qual não apenas exerceu funções de comando, mas também

fez importantes contribuições ao conhecimento científico, tanto na Marinha quanto no contexto nacional.

Além de sua atuação na CRGM, Dantas Pereira é lembrado por seus esforços inovadores em diversas áreas, incluindo a concepção de uma pasigrafia, um sistema de escrita universal. Esse projeto é considerado um marco importante na história da ciência em Portugal, demonstrando a versatilidade de Dantas Pereira, que, além de militar, foi um importante pensador e acadêmico. Seu interesse pelo ensino e difusão do conhecimento científico se reflete também em sua participação em instituições como a Sociedade Real Marítima e a Academia Real das Ciências de Lisboa.

O autor destaca a carreira de Dantas Pereira desde seu ingresso na ARGM em 1788, passando por sua ascensão a comandante da Companhia e seu exílio em 1834. Dantas Pereira também acompanhou a família real ao Brasil, onde contribuiu significativamente para a transferência e estabelecimento da CRGM no território ultramarino. O estudo detalha ainda os diversos escritos e contribuições acadêmicas de Dantas Pereira, incluindo sua vasta bibliografia que abrange áreas como matemática, navegação, hidrografia e tática naval.

No Brasil, as principais fontes encontram-se na Biblioteca da Marinha (BM), localizada no Rio de Janeiro-RJ, onde há obras, principalmente, de Antônio Luiz Porto e Albuquerque que trata do tema abordado em diversas obras. Em especial, na obra *Da Companhia de Guardas-Marinha e sua Real Academia à Escola Naval, 1782-1982*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982 (Biblioteca Reprográfica Xerox, 27).

Ademais, há alguns artigos na Revista Marítima Brasileira (RMB) que também trata do tema.

Além da consulta arquivística e bibliográfica, a pesquisa não se refutará das possibilidades dos recursos digitais. Importante salientar que far-se-á prévia e criteriosa seleção dos acervos, fontes e arquivos obstante à confiabilidade pela inserção da consulta a ser realizada.

O trabalho disporá de quatorze anexos para complementar e comprovar a argumentação do texto.

O ANEXO A constará de um exemplar do *Regulamento Provisório do Ensino dos Guardas-Marinhas, Aspirantes e Voluntários da Armada Real*, ANEXO B constará de um manuscrito datado de 18.03.1814, o qual indica a determinação de embarcar

somente após comprovação de estudos e embarque antecedente reconhecido por um Lente da Academia Real de Marinha, ANEXO C constará de um manuscrito datado de 28.07.1819, no qual relata a formação de um piloto que não galgou o posto de Voluntário, mas que poderia seguir a carreira após na Academia Real de marinha ao embarcar numa embarcação de guerra, ANEXO D constará de um manuscrito datado de 31.03.1819, no qual tem a relação de presença de oficial nos assentos da Academia Real de Marinha no respectivo ano de 1819, ANEXO E constará de um manuscrito datado de 07.07.1820, no qual há o relato de um Voluntário para ingressar na Marinha de Guerra com estudos em Portugal na Academia Real de Marinha, ANEXO F constará de um manuscrito datado de 11.05.1821, no qual relata a não maioria de um Voluntário de menos de 14 anos para cursar a Academia Real de Marinha, ANEXO G constará de um manuscrito datado de 14.07.1821, no qual tem um atestado de presença de alunos militares na Academia Real de Marinha, ANEXO H constará de um manuscrito datado de 22.11.1821, no qual redige um pedido de integração de aluno da Academia Real da Marinha para a Armada portuguesa, ANEXO I constará de um manuscrito datado de 03.07.1822, no qual consta um pedido para seguir estudos na Academia Real de Marinha com menos de 15 anos, ANEXO J constará de um manuscrito datado de 14.04.1825, no qual uma viúva de um CMG solicita que os dois filhos Aspirantes, do ano de 1818, sejam reconhecidos como Guardas-Marinhas na Armada Real, ANEXO L constará de um manuscrito datado de 23.01.1826, no qual há uma lista de Primeiros-Tenentes com estudos na Academia Real de Marinha para compor a lista na Armada Real, ANEXO M constará de um manuscrito datado de 10.03.1826, no qual atesta há o controle da lista de oficiais ao se confrontar com a relação de parentesco, ANEXO N constará de um manuscrito datado de 08.03.1826, no qual declara que o Sr Augusto Jorge Moreira que se formou na Academia Real de Marinha para ser Guarda-Marinha e o ANEXO O constará de um manuscrito sem data, no qual há o relato de estudos de Capitães de Fragata na Academia Real de Marinha.

1. Breve Histórico da Origem da Academia Real e suas influências

De acordo com Ferreira (2017), é crucial compreender o contexto do século XVIII, que foi marcado pela transmissão e aprendizagem dos princípios da arte de navegar entre Portugal e outras nações europeias, como França e Inglaterra. Esse período exigiu a profissionalização da formação de pilotos, algo que também repercutiu na vertente militar naval.

O ensino náutico, nesse cenário, evoluiu em resposta a diferentes fatores, como: as descobertas de novos territórios ultramarinos, a necessidade de segurança nas rotas marítimas, o aumento da construção de navios e a demanda crescente por pessoal qualificado. Esse pessoal deveria ser capaz de compor as tripulações e conduzir as operações náuticas em andamento, com o objetivo de melhorar a qualificação da mão de obra disponível para essas atividades cruciais.

Dentro desse contexto, Portugal foi fortemente influenciado pelos modelos de ensino náutico da França e da Inglaterra. Da França, veio o modelo de formação dos Guardas-Marinhas com foco na escolarização teórica em disciplinas ligadas à ciência náutica. Esse sistema valorizava o aprendizado em sala de aula, proporcionando uma formação teórica sólida para os futuros oficiais.

Por outro lado, o modelo inglês enfatizava o aprendizado prático, no qual os aspirantes a oficiais eram embarcados desde cedo em navios, onde aprendiam diretamente com a prática. Esse contraste entre a teoria francesa e a prática britânica tornou-se uma característica marcante nas diferentes abordagens de formação naval.

Geistdoerfer (2005) reforça esses pontos ao explorar as diferenças doutrinárias entre a França e a Inglaterra na evolução do ensino náutico. Em sua pesquisa, ele foca principalmente no modelo francês, que priorizava a formação técnica, científica e profissional. No entanto, o bloqueio naval imposto pela Inglaterra durante o período napoleônico forçou a França a encontrar soluções criativas.

Les vaisseaux de guerre et leur armement (canons lançant des boulets) atteignent à la fin du xviii^e Siècle et au début du xix^e leur apogée, ce sont des machines de guerre complexes. En outre, les progrès dans l'art de la navigation sont nombreux et celle-ci impose des méthodes rigoureuses. En 1764, Choiseul établit un nouveau programme d'instruction des Gardes prenant en compte cette évolution, qui fournit une bonne formation des officiers de la marine royale. C'est aussi à cette époque des Lumières, en

1752, que des officiers savants, passionnés par l'astronomie, l'hydrographie, désireux de participer aux progrès de la navigation et de la connaissance des mers, créent à Brest, l'« Académie de marine »⁴, dont l'une des missions est de faire connaître aux officiers les progrès de l'ensemble des arts utiles à leur métier'.⁶

Enquanto a Inglaterra mantinha seu foco na formação prática a bordo, recrutando crianças de 11 a 12 anos para treinar sob supervisão hierárquica, a França, impossibilitada de usar seus navios no mar, criou, em 1818, o Collège Royal de la Marine. A escola recrutava jovens entre 13 e 15 anos, de diferentes classes sociais, e construiu uma grande maquete de navio de guerra para proporcionar o treinamento necessário em manobras e artilharia. Essa iniciativa buscava preencher a lacuna causada pela impossibilidade de treinar seus oficiais no mar, devido ao Bloqueio Naval imposto, conforme cita Geistdoerfer.

Durant toute la période des guerres de la Révolution et de l'Empire, les croisières de la Royal Navy bloquent les vaisseaux français dans les rades de Brest, Rochefort et Toulon, empêchant les élèves-officiers et les officiers de s'exercer en mer, à la manoeuvre du navire et à celle des canons. À l'inverse, les escadres britanniques tiennent la mer en permanence par tous les temps, ce qui assure à leurs équipages un excellent entraînement. De plus, il est intéressant de remarquer que la formation des officiers de la Royal Navy, recrutés depuis longtemps dans toutes les couches sociales du pays, les couches moyennes notamment, sont formés « sur le tas », c'est-à-dire en mer à bord des bâtiments ; ils embarquent à l'âge de 11-12 ans en tant qu'aspirants⁷ et apprennent leur métier en le pratiquant et en bénéficiant d'une formation théorique, strictement liée à leur métier, prodiguée par les officiers et le pilote de leur navire ; ils graviront les échelons de la hiérarchie navale, parfois jusqu'aux plus hauts grades, grâce à des examens et à leurs qualités professionnelles. Ce pragmatisme de la marine britannique qui va perdurer a fait ses preuves.⁷

Ferreira (2017) também menciona as mudanças políticas que ocorreram na França, no final do século XVIII, em meio ao confronto entre o bloco imperialista de Napoleão e a potência naval britânica. Esse cenário levou a França a adotar um modelo mais prático de formação dos Guardas-Marinhas, aproximando-se, de certa forma, do modelo inglês, que sempre privilegiou a formação prática a bordo dos navios.

⁶ Geistdoerfer, 2005, p. 3.

⁷ Geistdoerfer 2005, p. 3.

Boiteux (1938) descreve que, durante o reinado de D. José I em Portugal (1750-1777), sob o comando do Marquês de Pombal⁸ foi criada, em 02 de julho de 1761, a Classe dos Guardas-Marinhas. Essa iniciativa foi fortemente influenciada pela organização naval francesa, que serviu de exemplo para as nações latinas em reformas sociais, políticas e militares. Um exemplo disso foi a criação da Companhia dos Guardas-Marinhas na França, em 1669, por Colbert⁹, destinada a jovens nobres, abandonando a prática anterior de recrutar soldados de fortuna.

Esse modelo de formação de Guardas-Marinhas também foi adotado pela Espanha que, em 15 de abril de 1717, estabeleceu o Real Corpo de Cavalheiros Guardas-Marinhas, em Cádiz. Em Portugal, o Marquês de Pombal, ciente da tradição marítima do país, percebeu a necessidade de uma Marinha de Guerra composta por oficiais bem formados, com treinamento científico e profissional. Seguindo o exemplo de outras marinhas, especialmente a francesa, ele implementou a criação da Classe dos Guardas-Marinhas em Portugal, um passo crucial na modernização da oficialidade naval do país. Para tal, foi criada a Classe dos Guardas-Marinhas, conforme relata abaixo a Gazeta de Lisboa.

Por decreto, que baixou ao Conselho de Guerra, com data de 2 deste mez foi S. Magestade servido crear por hora, 24 Guardas-Marinha, com a graduação, soldos e insígnias de Alferes de Infantaria, e uniforme correspondentem nas côres ao Corpo em que hão de servir, observando-se na formalidade das justificações de Nobreza, que devem provar os que houverem de ser admittidos a assentar praça, o mesmo, que em conformidade com o Alvará de 16 de Março de 1757 se pratica a respeito da qualidade (sic) dos Cadetes das tropas de terra, e regulando-se a fórma do provimento de Guarda-Marinha pelo de Capitães-tenentes. No mesmo decreto declara Sua Magestade que não é de sua real intenção excluir dos Postos, a que estiverem a caber, aos Officiaes de Marinha, que houverem dado ou derem notorias e

⁸ O Marquês de Pombal foi uma das figuras mais importantes e controversas da história portuguesa. Foi secretário de Estado de Portugal, entre 1750 e 1777, e realizou uma série de reformas fundamentais no Reino de Portugal que ficaram conhecidas como Reformas Pombalinas. Muitas dessas tiveram impacto direto no Brasil, à época uma colônia portuguesa." Preocupou-se com a educação, pretendo modernizá-la criando as faculdades de medicina e matemática. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/marques-pombal.htm>.

⁹ Jean-Baptiste Colbert (1619-1683) foi um político francês. Responsável pelo extraordinário desenvolvimento da economia e da Marinha francesa durante o reinado de Luís XIV. Em 1668, Colbert assumiu a Secretaria de Estado da Marinha e estimulou a navegação e a construção de uma frota mercante para transporte dos produtos. Disponível em: https://www.ebiografia.com/jean_baptiste_colbert.

incontestáveis provas de sciencia, préstimo e propensão para este importante serviço.¹⁰

Silva (2014) observa que as monarquias absolutistas da França e da Espanha adotaram uma abordagem teórica na formação de seus Guardas-Marinhas, focando em disciplinas como as ciências matemáticas aplicadas. Entretanto, esses futuros oficiais eram dispensados de qualquer treinamento prático antes de assumirem posições de comando em navios de guerra.

Em contraste, a Marinha britânica dava ênfase ao treinamento prático diário a bordo dos navios de guerra, onde os jovens oficiais podiam dominar as artes marinheiras em situações reais. Esse modelo prático, muitas vezes, relegava o conhecimento científico a um papel secundário, já que a aplicação imediata nas batalhas era considerada incerta.

Portanto, a formação náutica nos séculos XVIII e XIX foi profundamente marcada pelas tradições e filosofias de ensino de cada nação. O modelo francês, centrado no ensino teórico, conseguiu manter-se relevante mesmo em tempos de crise, como durante o bloqueio britânico. Por outro lado, a Inglaterra manteve seu foco na formação prática a bordo, acreditando que essa era a melhor maneira de preparar seus oficiais para os desafios da guerra naval.

Em Portugal, a adoção de elementos de ambos os modelos, francês e inglês, refletia a busca por uma Marinha moderna e eficiente, capaz de enfrentar as exigências de seu tempo. Assim, o país buscava aprender com as grandes potências navais da época, adaptando suas lições à realidade portuguesa, mas mantendo-se fiel à sua rica tradição marítima.

1.1. Da Criação da Academia Real dos Guardas-Marinhas (1782)

A Academia Real dos Guardas-Marinhas fundada em Lisboa, em 14 de dezembro de 1782, representa um marco na história da formação naval portuguesa. Criada por D. Maria I, a Academia surgiu em um contexto marcado pela necessidade de

¹⁰ Moura, Carlos Francisco, O Ensino na Real Academia dos Guardas-Marinhas no século XVIII: Documento iconográfico da aula assistida por D. Maria I; Conjunto de gravuras didáticas; Os Novos Estatutos (1796), ACADEMIA DE MARINHA, 2019.

revitalizar o poderio marítimo português, que declinava desde a União Ibérica (1580-1640).

A monarquia portuguesa, buscando recuperar sua posição de destaque nos mares, reconheceu a importância da formação de oficiais navais altamente qualificados, capazes de conduzir os navios e enfrentar os desafios de uma era de navegação global. A Real Companhia dos Guardas-Marinhas surgiu em um contexto de profunda transformação no ensino naval português.

A Academia Real dos Guardas-Marinhas, criada poucos anos antes, priorizava o ensino da matemática e visava formar pilotos e oficiais com um conhecimento científico sólido. A Real Companhia dos Guardas-Marinhas, por sua vez, tinha como objetivo formar oficiais navais com uma formação militar mais completa, combinando o ensino científico com a prática de navegação, a instrução militar e a preparação para a vida em embarcações.

A criação da Academia Real dos Guardas-Marinhas, portanto, representou um passo crucial na profissionalização do oficialato naval português. A partir dessa data, a formação de oficiais navais passou a ser mais sistemática e completa, com uma preocupação crescente com a disciplina e a hierarquia, preparando os futuros oficiais para as demandas de um mundo em constante transformação.

Segundo Scavarda, a Academia Real de Marinha tinha como objetivo fornecer aos seus alunos os conhecimentos matemáticos considerados essenciais para a navegação, como "os vassallos de S. Magestade podiam aplicar-se aos estudos das ciências que são indispensáveis não só para se instruírem, mas também para se aperfeiçoarem na Arte e prática da Navegação"¹¹. Cita ainda que a Academia de Marinha substituiu a Aula do Cosmógrafo-Mor na formação de pilotos, tanto para a Marinha portuguesa como para a marinha mercante.

A Academia Real de Marinha, sobretudo no reinado de D. Maria I, enfatizava a necessidade de uma formação científica sólida para os oficiais navais, obrigando todos os que pretendiam seguir carreira na Marinha a concluir o curso matemático. No entanto, a Academia também oferecia suas aulas para outros candidatos, como pilotos,

¹¹ Scavarda, 1995, p.39.

oficiais de marinha e engenheiros militares, e permitia que aqueles que não pretendessem seguir carreira militar frequentassem seus cursos.

A Academia Real de Marinha, em sua estrutura, se aproximava mais de uma universidade do que de uma escola militar, com um regime disciplinar menos rigoroso e um foco em conhecimento científico, sem a ênfase em práticas militares e treinamento físico.

O ato de criação da Real Companhia dos Guardas-Marinhas é bastante conciso, mas destaca a intenção da Coroa em oferecer uma formação mais completa aos seus alunos, preparando-os para a vida a bordo dos navios, para o comando de suas funções e para as demandas da hierarquia militar.

Segundo Silva (2009), diante da ausência de uma academia naval consolidada, Portugal dependia em grande medida do recrutamento de oficiais do Exército ou de contratados estrangeiros, prática que se mostrava ineficaz, visto que os oficiais recrutados não possuíam experiência marítima. A solução apontada foi o desenvolvimento de uma academia que pudesse garantir a formação de bons oficiais, como ocorria em outras marinhas europeias. A Espanha, por exemplo, já havia criado sua academia, em 1717, enquanto a França, embora ainda sem uma academia formal até 1830, possuía um sistema de ensino naval consolidado.

A Companhia, diferentemente da Academia, se definia como uma instituição com um “duplo papel”: um corpo de alunos militares, que recebiam instrução formal, e uma escola de ensino prático. Essa formação prática se dava nos navios de guerra, onde os alunos aprendiam as artes da navegação, da artilharia, da manobra e do aparelho, sob a orientação de oficiais especialistas, como pilotos, mestres, artilheiros, carpinteiros e calafates.

A criação da Real Companhia dos Guardas-Marinhas, portanto, representou um passo decisivo na formação do oficialato naval português. Ela atendeu à necessidade de uma formação militar mais completa, combinando o ensino científico com o treinamento prático, e inseriu a disciplina e a hierarquia militar de maneira mais incisiva, preparando os futuros oficiais para as demandas de um mundo em constante transformação.

1.2 Invasão Napoleônica e Família Real Portuguesa

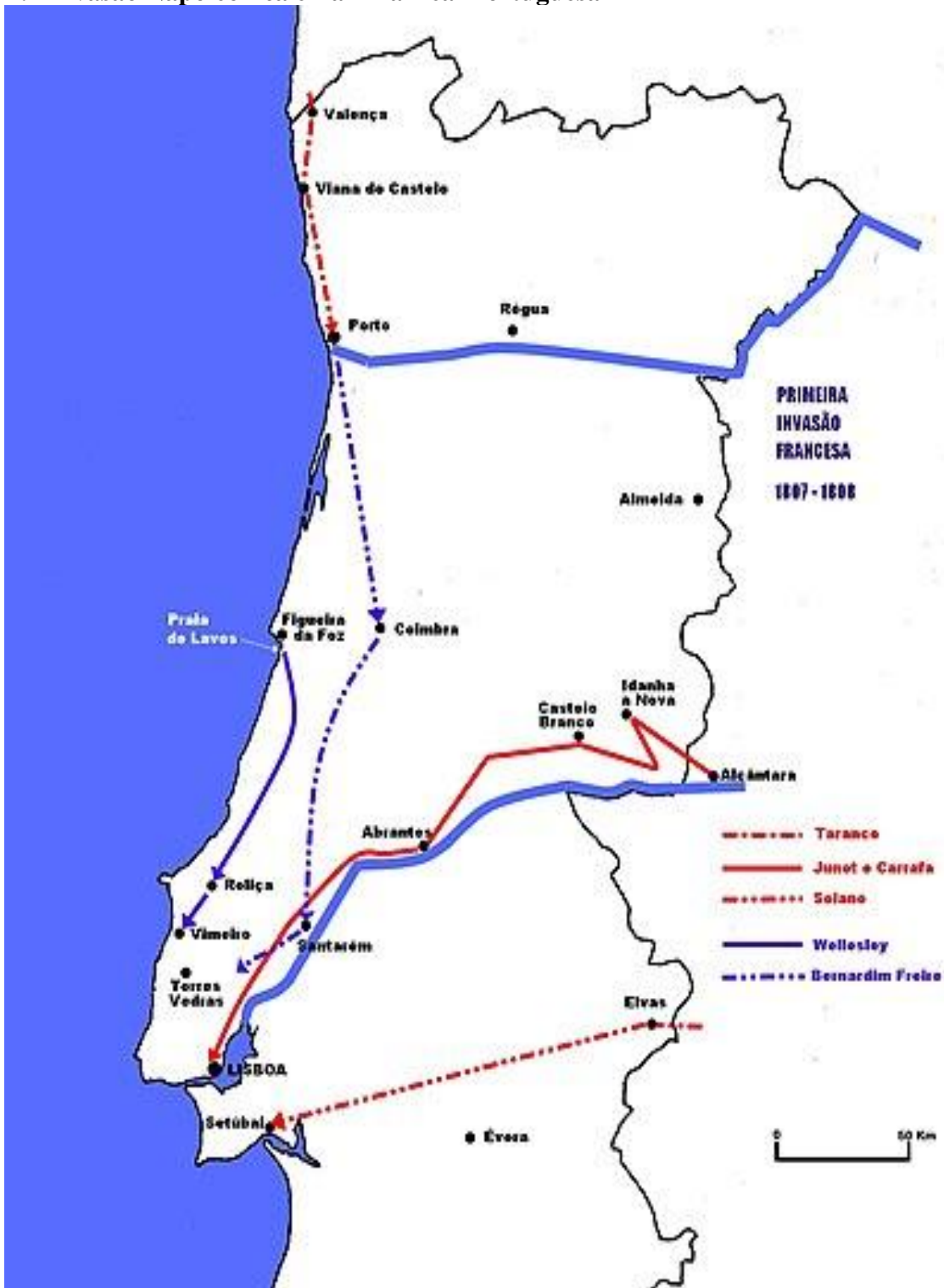


Imagem 2. Imagem dos Itinerários da primeira invasão francesa e itinerários das forças britânicas e portuguesas.

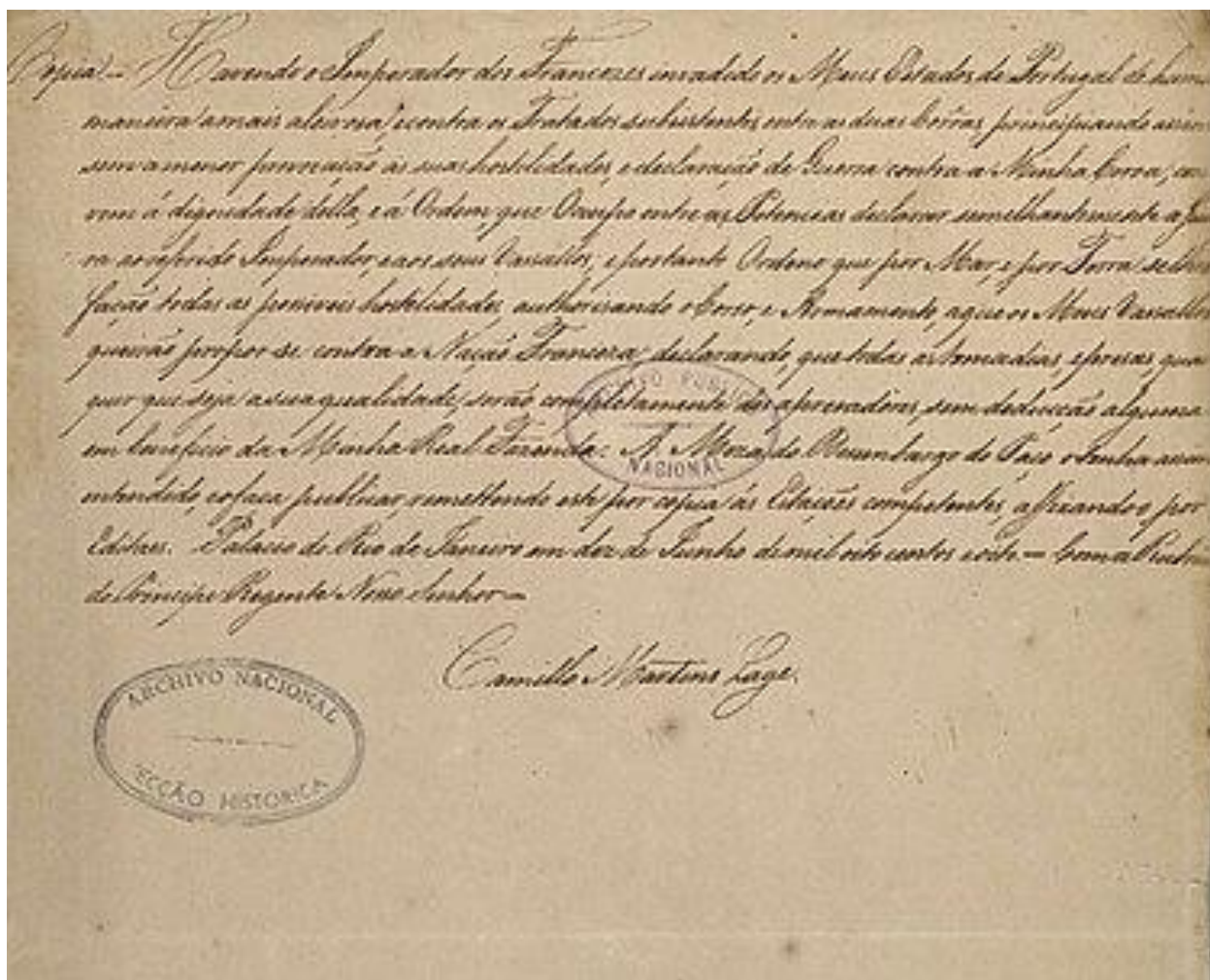


Imagem 3. Imagem da Declaração de guerra feita por D. João a Napoleão Bonaparte e todos os seus vassallos, 1808. [Arquivo Nacional](#).

1.2.1 O Tratado de Fontainebleau

O Tratado de Fontainebleau, assinado em 27 de outubro de 1807, entre Manuel Godoy, primeiro-ministro de Carlos IV da Espanha, e Gérard Duroc, representante de Napoleão Bonaparte, foi um marco nas relações diplomáticas da Península Ibérica. Este tratado previa a invasão conjunta de Portugal por tropas franco-espanholas, permitindo que as forças de Napoleão atravessassem o território espanhol com o objetivo de submeter Portugal ao controle das forças napoleônicas.

O tratado foi uma resposta direta à resistência de Portugal em aderir ao Bloqueio Continental, uma política que buscava isolar a Grã-Bretanha economicamente.

O tratado estipulava a divisão de Portugal em três zonas distintas, caso a invasão fosse bem-sucedida:

Zona Norte: A região norte, incluindo o norte e Entre-Douro-e-Minho, seria concedida a Carlos Luís de Parma, ex-rei da Etrúria, como compensação pela perda de seus territórios italianos. Essa região seria transformada no Reino da Lusitânia Septentrional, destacando o interesse de Napoleão em reorganizar as monarquias europeias e recompensar seus aliados.

Zona Central: A área central de Portugal, abrangendo Beira, Trás-os-Montes e Estremadura, seria reservada para uma possível negociação com a Grã-Bretanha, visando a troca por territórios estratégicos, como Gibraltar e a ilha de Trinidad, que estavam sob controle britânico. Esse plano revela a importância estratégica de Portugal nas ambições geopolíticas de Napoleão.

Zona Sul: O sul, incluindo Alentejo e Algarve, seria concedido a Manuel Godoy, criando o Principado dos Algarves, como recompensa por sua cooperação com Napoleão. A concessão dessa região refletia o interesse pessoal de Godoy em aumentar seu poder e influência dentro da Península Ibérica.

As colônias ultramarinas portuguesas, especialmente o Brasil, seriam posteriormente divididas entre a França e a Espanha, embora o tratado não especificasse claramente como essa divisão ocorreria. Este ponto revela a importância das possessões coloniais portuguesas, particularmente o Brasil, que já era visto como uma peça valiosa no xadrez imperial europeu.

Em novembro de 1807, as tropas franco-espanholas cruzaram a fronteira portuguesa, dando início à ocupação do país. A invasão foi rápida e, em grande parte, eficaz. Lisboa caiu sem enfrentar grande resistência militar, o que forçou a família real portuguesa a tomar uma decisão drástica: transferir-se para o Brasil.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil, ocorrida em 29 de novembro de 1807, teve impactos significativos, tanto para Portugal quanto para a colônia. O Brasil, que até então era uma colônia distante e de importância secundária, passou a ser o centro do poder imperial português. Isso não apenas preservou a integridade da monarquia portuguesa, mas também abriu caminho para uma série de reformas administrativas e econômicas que alterariam a história do Brasil.

A presença da família real no Brasil levou à transformação das relações entre a colônia e a metrópole. O Brasil, que anteriormente era tratado como um território subordinado, passou a ser considerado uma extensão do Reino de Portugal, o que culminou na elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815. Esta medida foi fundamental para a autonomia política que o Brasil viria a alcançar, culminando na sua independência em 1822.

Para Portugal, a ocupação pelo exército francês foi um golpe devastador. Embora o país tenha resistido ao domínio napoleônico com o auxílio das forças britânicas, a crise política e econômica que se seguiu à invasão agravou as tensões internas e contribuiu para a queda da monarquia absolutista em favor de uma monarquia constitucional, após as Guerras Liberais (Boiteux, 2015).

A reconfiguração do Império Português, com o Brasil emergindo como uma nova sede de poder, alterou de forma irreversível a relação entre as duas nações. A corte portuguesa, agora estabelecida no Rio de Janeiro, implementou uma série de reformas que contribuíram para o desenvolvimento da infraestrutura e da economia do Brasil, como a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, um evento que marcou o fim do monopólio comercial imposto por Portugal.

A invasão de Portugal foi apenas o primeiro passo de Napoleão para consolidar seu controle sobre a Península Ibérica. Entretanto, as ambições napoleônicas levaram a uma deterioração das relações entre a França e a Espanha. Em 1808, Napoleão depôs Carlos IV e colocou seu irmão, José Bonaparte, no trono espanhol, desencadeando a Guerra Peninsular, um conflito sangrento que envolveu a resistência espanhola, apoiada pela Grã-Bretanha, contra a ocupação francesa (Silva, 2014).

Esse período marcou o início de uma guerra de resistência prolongada, que desgastou as forças francesas e acabou contribuindo para o declínio do poder napoleônico na Europa. Portugal, com a ajuda das tropas britânicas lideradas pelo general Arthur Wellesley, futuro Duque de Wellington, conseguiu expulsar os invasores franceses em 1811. Essa vitória consolidou a aliança anglo-portuguesa e restaurou a soberania de Portugal, que havia sido comprometida pelo Tratado de Fontainebleau.

Nesse contexto da invasão napoleônica, cabe ressaltar a relação Portugal-Inglaterra, segundo Gislaine P.Lima na sua obra *Breve Trajetória da Língua Inglesa e do Livro didático de Inglês no Brasil*:

A Inglaterra impôs um tratado aos portugueses reservando à marinha britânica o monopólio das mercadorias inglesas com os demais países, rompendo assim o domínio português no Brasil. Porém, foi através do bloqueio continental decretado à Inglaterra no início do século XIX que se fortaleceu o relacionamento deste país com o Brasil. Com o fechamento dos portos europeus aos navios ingleses pelos franceses, Portugal, que antes era um forte aliado da Inglaterra, foi forçado a se posicionar contra a mesma para evitar um conflito com as tropas francesas e uma possível guerra.

D. João VI decidiu fugir para o Brasil, o que foi fortemente apoiado pela Inglaterra. Com esta mudança da corte portuguesa para o Brasil, os Ingleses tiveram a permissão de estabelecer casas comerciais, dando início ao poder econômico e à grande influência da Inglaterra na vida de nosso país, causando mudanças significativas como o desenvolvimento da imprensa Régia, do telégrafo, do trem de ferro e da iluminação a gás. As companhias inglesas abriram ofertas de empregos para os brasileiros como engenheiros, funcionários e técnicos. Mas havia um grande obstáculo: nascia então a necessidade de falar a língua inglesa para receber treinamentos e entender as instruções.

De acordo com Chaves (2004, p.5), "É muito provável que os primeiros professores de inglês tenham surgido nesse momento". O ensino formal da língua inglesa no Brasil se deu com o decreto de 22 de junho de 1809, assinado pelo D. João VI, príncipe regente de Portugal, mandando criar uma escola de língua francesa e outra de língua inglesa. Nesse mesmo ano, D. João VI nomeia o padre irlandês Jean Joyce oficialmente como professor de inglês, através da carta assinada na corte, que falava sobre a necessidade de uma cadeira de língua inglesa por sua riqueza, pela abrangência da língua para a prosperidade da instrução pública. O início do ensino de inglês teve como finalidade a prática oral, pois era somente para capacitação de profissionais brasileiros para a demanda do mercado de trabalho através das relações comerciais com nações estrangeiras, especialmente com a Inglaterra.¹²

1.2.2 A retirada da Família Real no Brasil: Transformações, Preparativos e Impactos

A transferência da Família Real portuguesa para o Brasil, ocorrida em 1808, deve ser compreendida como uma ação estratégica cuidadosamente planejada ao longo de meses, que visava assegurar a continuidade e integridade do império luso diante de crises internas e externas.

¹² Moura, Carlos Francisco, O Ensino na Real Academia dos Guardas-Marinhas no século XVIII: Documento iconográfico da aula assistida por D. Maria I; Conjunto de gravuras didáticas; Os Novos Estatutos (1796), Academia de Marinha, 2019.

Como destaca Meirelles (2015), essa mudança de sede do poder monárquico representou não apenas uma manobra tática para proteger a coroa das ameaças, advindas das guerras napoleônicas, mas também uma reafirmação do projeto imperial português de longa data, que se fortalecia nos momentos de maior vulnerabilidade política da coroa. Desde o século XVI, a monarquia portuguesa cogitava a transferência de sua corte para o Brasil como uma forma de preservar a soberania diante de crises no continente europeu.

Com a iminência da invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte, agravada pelas consequências do Bloqueio Continental de 1806, que visava enfraquecer a economia britânica e forçava Portugal a romper seus laços comerciais com a Inglaterra, a transferência tornou-se inevitável. O ultimato de Napoleão e a invasão de Portugal pelas tropas francesas, lideradas por Junot, em novembro de 1807, precipitaram a decisão de Dom João VI de buscar refúgio no Brasil. Segundo Meirelles (2015), os rumores da invasão aceleraram o planejamento da transladação, e em 29 de novembro de 1807, a corte portuguesa, juntamente com grande parte da nobreza, embarcou rumo ao Rio de Janeiro, sob proteção da esquadra britânica.

A transladação do governo português para a sua principal colônia, embora executada sob a pressão das guerras napoleônicas, já havia sido aventada em diversas ocasiões como uma alternativa estratégica para a preservação do império diante de crises internas e externas. Em 1808, esse projeto tomou forma, e o Rio de Janeiro emergiu como a nova capital do Império Português, um movimento que desencadeou transformações políticas de grande envergadura tanto no Brasil quanto em Portugal.

A chegada da corte ao Brasil, em março de 1808, trouxe uma série de consequências políticas, sociais e econômicas que transformaram a colônia em um novo centro de poder imperial. Como Meirelles (2015) enfatiza, o Rio de Janeiro emergiu como a capital do Império Português, tornando-se a sede do governo e o ponto de referência para a administração imperial. Esse processo marcou o início de uma reorganização profunda do Estado e das instituições régias no Brasil, ao passo que o país deixava de ser uma simples colônia para se tornar o centro político de um império em crise.

Nesse contexto, a elevação do Brasil ao status de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, foi um marco fundamental para consolidar o papel do

Brasil dentro do império. Esse movimento político representou um reconhecimento explícito da importância do Brasil e das mudanças já em curso, consolidando o papel da colônia como parte integral do reino, e não mais uma dependência periférica. A partir dessa elevação, o Brasil passou a ser visto não apenas como uma fonte de recursos econômicos, mas como um espaço fundamental para a sobrevivência e expansão do poder monárquico português.

De acordo com Meirelles (2015), essa medida refletiu uma nova visão de governabilidade, que reconhecia a importância do Brasil para a sustentação do império português, principalmente após a queda de Napoleão e a restauração do Antigo Regime na Europa.

A instalação da corte no Brasil também resultou na criação de novas instituições que moldaram o desenvolvimento político, econômico e social da colônia. Um exemplo notável foi a fundação da Academia Real de Guardas-Marinhas, em 1808, criada por José Maria Dantas Pereira de Andrade como parte dos preparativos para a transferência da Família Real. Essa academia teve um papel crucial na formação de oficiais da marinha, reforçando a presença militar no Brasil.

Conforme discutido por Meirelles (2015), a criação de instituições militares e administrativas como essa foi essencial para consolidar o controle da coroa sobre o território brasileiro e preparar o país para um novo ciclo de expansão e modernização.

Nesse contexto, Gama (2017) contribui em sua obra com textos no quais se referem ao momento histórico vivido pela monarquia portuguesa com o período das Guerras Napoleônicas, em que impôs a Portugal uma difícil decisão geopolítica, ao enfrentar o Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte. A alternativa era clara: ou Portugal rompia com seu aliado histórico, a Grã-Bretanha, e comprometia sua posição na América, ou preservava o Brasil como sua colônia e arriscava a soberania na Europa.

Diante desse impasse, a transmigração da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, emerge como uma manobra estratégica de sobrevivência do Estado português, que visava garantir a continuidade do império nos trópicos, mesmo que à custa da perda temporária de controle sobre a metrópole.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, D. João VI, imbuído da missão de preservar as estruturas de poder do reino, deu início à organização do aparato burocrático-militar

necessário para o funcionamento do Estado português nas Américas. No setor naval, foi mantida a mesma legislação do Alvará de 1736 e a liderança do Visconde de Anadia na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. A transferência de instituições como a Academia Real dos Guardas-Marinhas foi um passo fundamental, pois proporcionou a base de formação dos futuros oficiais da Marinha Imperial Brasileira, possibilitando a continuidade da tradição acadêmica e profissional da Marinha Portuguesa no novo cenário colonial.

A Academia Real dos Guardas-Marinhas, instalada no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, em março de 1808, tornou-se a primeira instituição de ensino superior no Brasil, destacando-se como o núcleo de formação do oficialato naval brasileiro. Comparada à Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, considerada o "primeiro curso universitário estabelecido no Brasil", a Academia dos Guardas-Marinhas foi pioneira em trazer consigo um saber especializado e instrumentalizado pelas necessidades militares do Estado português em terras brasileiras. A instalação da Academia reforçou a ideia de que os navios da Esquadra Real não trouxeram apenas homens e bens para a colônia, mas também um vasto conhecimento acadêmico que seria fundamental na consolidação da estrutura naval do Brasil Imperial.

Esse período marca a transição entre a Marinha Portuguesa e a criação da Marinha Imperial Brasileira, que, ao herdar a estrutura administrativa e acadêmica lusitana, contribuiu para a manutenção da tradição naval no Brasil. Embora alguns oficiais e alunos tenham retornado a Portugal após a Independência, a formação acadêmico-profissional dos oficiais brasileiros manteve sua continuidade, incorporando elementos da administração naval, como essencial na construção de forças armadas modernas, responsáveis pela organização, equipagem e controle de operações tanto em tempos de paz quanto de guerra.

Ao analisar o papel da Academia Real dos Guardas-Marinhas, percebemos que ela foi basilar para a formação do corpo de oficiais que iria gerir e comandar a Marinha Imperial, especialmente no contexto de um Estado que estava em processo de construção, como o Brasil pós-Independência. A historiografia naval brasileira, portanto, reconhece a instalação dessa academia como o alicerce da formação profissional militar no Brasil, refletindo as tensões e interesses que permeavam o cenário de conflito entre europeus e americanos, e entre portugueses e brasileiros.

Em síntese, a transmigração da Corte Portuguesa trouxe não apenas uma reorganização política e militar, mas também uma reconfiguração acadêmica e institucional, que foi essencial para o desenvolvimento da Marinha no Brasil. A continuidade das práticas de ensino e a preservação das estruturas militares adaptadas ao contexto brasileiro evidenciam a complexa interação entre os interesses nacionais e coloniais da época. A chegada da Academia Real dos Guardas-Marinhas ao Rio de Janeiro contribuiu diretamente para a estruturação da Marinha Imperial e desempenhou um papel crucial na formação dos oficiais brasileiros que iriam consolidar a soberania marítima do novo Estado-nação.

1.2.2.1 Os Preparativos para a Retirada da Família Real

A decisão de transferir a corte portuguesa para o Brasil foi tomada às pressas, em meio à ameaça iminente de invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas. Como observa Moura (2015), o governo português, diante das pressões militares, reconheceu que a fuga para o Brasil era uma medida necessária para preservar a soberania da monarquia. Para garantir que essa retirada fosse organizada e eficiente, foram realizados diversos preparativos logísticos e militares. Um dos principais foi a criação da Academia Real de Guardas-Marinhas, instituída em 1808, por José Maria Dantas Pereira de Andrade, com o objetivo de formar e treinar oficiais da marinha real portuguesa.

A Academia Real de Guardas-Marinhas tornou-se uma instituição central na reorganização da Marinha Portuguesa, tanto no que diz respeito à formação dos oficiais quanto à modernização das forças navais. Além de preparar os futuros oficiais para o serviço no mar, a academia desempenhou um papel crucial no fortalecimento das capacidades militares do Brasil, que passaria a desempenhar um papel ainda mais central dentro do Império Português após a chegada da corte.

1.2.2.2 Abertura dos Portos e Mudanças Econômicas

Além das reformas no setor militar, a corte portuguesa introduziu uma série de mudanças econômicas, como a abertura dos portos ao comércio internacional, em 1808. Após a chegada da corte ao Brasil uma das primeiras medidas, adotadas por D. João VI,

foi a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, em 28 de janeiro de 1808. Essa medida marcou o fim do monopólio comercial de Portugal sobre o Brasil e abriu as portas para o comércio com outras nações, especialmente, a Inglaterra. Conforme argumenta Richard Graham, "a presença da corte no Brasil transformou o Rio de Janeiro em uma metrópole global, atraindo comerciantes e intelectuais de várias partes do mundo"¹³ Com essa abertura, o Brasil passou a ser integrado de forma mais direta ao sistema comercial internacional, o que estimulou o crescimento econômico e a diversificação das atividades comerciais.

A abertura dos portos foi particularmente benéfica para a elite mercantil brasileira, que pôde se beneficiar do aumento das exportações e da entrada de mercadorias estrangeiras. Além disso, a presença de comerciantes britânicos no Rio de Janeiro consolidou ainda mais a relação entre o Brasil e a Grã-Bretanha, que viria a se tornar uma das principais parceiras comerciais da colônia e, posteriormente, da nação independente.

A Revolução do Porto, em 1820, também teve repercussões profundas no Brasil. Esse movimento liberal, iniciado em Portugal, exigia a instauração de uma monarquia constitucional e o retorno de Dom João VI a Lisboa. A pressão exercida pelo movimento resultou na volta do rei a Portugal, em 1821, o que deixou o Brasil à beira de sua independência. A saída de Dom João VI e a subsequente aclamação de Dom Pedro como regente do Brasil marcaram o início de uma nova fase, que culminaria na declaração de independência em 1822.

Esses eventos, amplamente descritos e analisados por Schwarcz (2002), foram fundamentais para o delineamento de uma nova ordem política nas relações entre Portugal e Brasil.

O período em que a Família Real esteve no Brasil pode ser entendido como uma fase de transição, na qual as estruturas de poder imperial foram profundamente transformadas, e os primeiros passos para a autonomia brasileira foram dados.

¹³ Graham, 1981, p. 43.

1.2.2.3 Instituições Culturais e Educacionais

A chegada da Família Real ao Brasil não se restringiu apenas ao campo político-administrativo, também houve uma reestruturação cultural significativa. Meirelles (2015) ressalta que, além das mudanças econômicas e políticas, a presença da corte trouxe consigo uma nova dinâmica cultural para o Rio de Janeiro, que passou a ser palco de transformações sociais importantes.

A fundação da Biblioteca Real, da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios e de outras instituições culturais, como o Jardim Botânico, foram exemplos de como a corte buscou inserir o Brasil em um projeto de modernização que visava transformar a colônia em um centro cultural e científico. Essas iniciativas não apenas refletiram a necessidade de fortalecer a cultura erudita no Brasil, mas também contribuíram para a criação de uma elite intelectual local que, com o tempo, desempenharia um papel importante na independência do país.

Durante os treze anos em que a Família Real permaneceu no Brasil, a cidade do Rio de Janeiro experimentou um crescimento populacional e urbano acelerado. Como observa Meirelles (2015), o número de habitantes do Rio de Janeiro passou de aproximadamente 60.000 em 1808 para cerca de 80.000 em 1821, o que refletia o crescimento econômico e a atração de imigrantes estrangeiros, especialmente comerciantes e diplomatas. A urbanização da cidade foi acompanhada de melhorias na infraestrutura, como a pavimentação de ruas, a construção de novos edifícios públicos e a melhoria dos serviços de saneamento e abastecimento de água.

A presença da corte no Brasil também trouxe consigo uma série de mudanças culturais e educacionais que moldaram a vida intelectual e artística do país. A criação de instituições como a Biblioteca Nacional, a partir dos livros trazidos da Real Biblioteca de Lisboa, e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que posteriormente se tornaria a Academia Imperial de Belas Artes, foi um marco na vida cultural do Brasil (Schwarcz, 2019). Essas instituições representaram as primeiras tentativas de estabelecer uma infraestrutura cultural e acadêmica de caráter público no país, algo que era inédito até então.

A fundação dessas instituições não apenas elevou o nível de educação e cultura no Brasil, mas também ajudou a desenvolver um senso de identidade nacional. Como

afirma Schwarcz (2019), "a instalação dessas instituições proporcionou uma base para o surgimento de um movimento cultural e artístico no Brasil, consolidando uma visão de que o país poderia ter uma identidade própria e autônoma"¹⁴.

A presença de artistas e intelectuais que acompanharam a corte também estimulou o crescimento de uma elite cultural no Brasil, que passou a promover ideias de autonomia e modernidade.

1.2.2.4 A Formação de uma Identidade Nacional

Com a instalação da família real e a transformação do Rio de Janeiro em sede da corte portuguesa, o Brasil passou a ser visto de maneira diferente, tanto pelas elites locais quanto pela metrópole. Até então, o Brasil era considerado uma colônia dependente, mas a transferência do centro de poder para o Rio de Janeiro mudou essa percepção.

Essa nova configuração política resultou na elevação do Brasil ao status de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815. Essa elevação formalizou a nova posição do Brasil dentro do império e foi um passo crucial para o desenvolvimento de sua autonomia política. A partir desse momento, as elites brasileiras começaram a se enxergar como parte integrante de um reino, e não apenas como colonos. Esse sentimento de autonomia seria fundamental para os movimentos que levariam à independência do Brasil em 1822.

1.2.2.5 As consequências da Invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas

A ocupação de Portugal pelas tropas napoleônicas, iniciada em 1807, teve consequências profundas tanto para a metrópole quanto para o Brasil. Em Portugal, o governo foi desmantelado e o país enfrentou uma grave crise política e econômica. A resistência à ocupação francesa culminou na Guerra Peninsular, na qual tropas portuguesas, espanholas e britânicas lutaram contra as forças de Napoleão. Em suma, a Guerra Peninsular foi um dos principais fatores para o declínio do poder napoleônico na Europa, graças à resistência popular e à aliança anglo-portuguesa.

¹⁴ Schwarcz, *op. cit.*, p. 91.

No Brasil, a presença da família real e o novo centro de poder imperial em terras brasileiras alteraram radicalmente a dinâmica colonial. A reorganização administrativa e a implementação de reformas modernizantes fortaleceram a estrutura estatal e militar do país, preparando-o para um papel central no Império Português. Além disso, o desenvolvimento de uma economia mais integrada ao comércio internacional e a criação de instituições culturais consolidaram a nova posição do Brasil no cenário global.

2. A Academia de Guardas-Marinhas no Brasil

2.1 Da criação da Academia Real de Guardas-Marinhas: José Maria Dantas Pereira

O Chefe de Esquadra, Conselheiro do Almirantado, Comandante dos Guardas Marinhas, professor de Matemática, membro da Sociedade Real Marítima e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e que teve papel importante na organização da Companhia de Guardas Marinhas após a sua criação, José Maria Dantas Pereira de Andrade foi sem dúvida o mais brilhante oficial que herdou o Brasil-colônia, no século XVIII, da metrópole Portugal. Inicialmente, como já citado, ao conduzir com maestria a criação e traslado da Real Companhia de Guardas-Marinhas de Lisboa para o Rio de Janeiro pela Nau “Conde Dom Henrique”.

Em sua biografia dissertada por Almeida D’Eça (1892) podemos constatar que Dantas Pereira fora um grande estudioso de matemática, notadamente, foi aluno da Academia Real onde teve a oportunidade de fazer o curso de Bezout¹⁵, mas também em outras matérias acadêmicas. Iniciou a sua carreira na Armada Nacional, em 10 de setembro de 1788, e após lograr com êxito na formatura da Academia Real de Marinha (ARM), em 19 de janeiro de 1789, tornou-se professor de matemática da Academia da Companhia dos Guardas-Marinhas, em 1790, feito este pelo reconhecimento de seus profundos conhecimentos e habilidades na matemática. Desde 1792, já era sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, e ainda, em 1798 tornara-se membro da efêmera Sociedade Real Marítima (SRM).

Como Lente da Academia publicou diversos trabalhos nas Efemérides¹⁶ na Academia das Ciências de Lisboa.

¹⁵ Dantas Pereira no seu período como aluno na ARM teve a oportunidade de cursar matemática através do Curso do livro “Cours complet de Mathématiques a l’usage de la Marine et de l’Artillerie”, de Etienne Bezout, em 6 volumes, editados entre 1770 e 1782, um dos quais contém um tratado de navegação, com os princípios da Astronomia Esférica aplicados.

¹⁶ ÈPHEMERIDES NÁUTICAS, ou Diário astronômico, calculado para o meridiano de Lisboa; publicadas de ordem da Acad. Real das Sciencias. Lisboa, na Typ. da mesma Acad. 1788 e seguintes 4-º Estas Èphemerides, de cuja redacção se encarregaram nos primeiros annos os acadêmicos Custodio Gomes Villas Boas, F. d’Al Garção Stockler, e J. M. Dantas Pereira, continuaram annualmente e sem interrupção desde 1789 até 1809.— Creio que n’este último anno se suspendeu a publicação, por motivos que ignoro, e só começaram a sahir de novo em 1820. D’então para cá tem sido impressas regularmente, e ainda continuam, a cargo do sr. Matheus Valente do Couto Diniz, a quem na conformidade do

Segundo Boiteux (1938), Dantas Pereira seria um ilustre Oficial que se preocupou desde a decisão de trasladar a Real Companhia de Guardas-Marinhas, pela Nau Conde D. Henrique, com o embarque de importantíssimo material que se achava recolhido da SRM, Militar e Geográfica, para o desenho, gravura e impressão das cartas hidrográficas e militares criadas a esforços seus pelo alvará, com força de Lei de 30 de junho de 1798, para que não recaíssem em mãos francesas. Esta preciosa coleção de cartas hidrográficas fora entregue ao Arquivo Militar do Rio de Janeiro juntamente com o inventário da ARM.

Fato histórico e importante na memória naval se deu com o discurso¹⁷ de Dantas Pereira frente a Companhia de Guardas-Marinhas, de que era comandante, na sessão de abertura da Academia Real dos Guardas-Marinhas (ARGM), em 1 de Outubro de 1801.

Boiteux (1938) não se cansava de tecer elogios ao proeminente Dantas Pereira devido, principalmente, ao que ele representava pela formação dos Guardas-Marinhas no Brasil, como vemos a seguir:

O brilhante e talentoso Oficial depois de instalar a Academia de Marinha no Convento de São Bento julgou dela fazer um foco de luz que iluminasse o espírito daqueles enfiados fidalgos que haviam acompanhado a Real família.¹⁸

Sonhador de uma Marinha forte e culta na altura de resguardar os amplos domínios que a coroa portuguesa havia conseguido na América, não

regulamento da Academia, pertence metade da edição, que é anualmente de seiscentos exemplares, segundo ouvi. Silva, Innocencio Francisco da, 1810-1876. Dicionario Bibliographico Portuguez (Tomo 02: Letras C-Fr). Lisboa: Imprensa Nacional. 1859. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5424>.

¹⁷ O discurso de Dantas Pereira realizado após a assinatura da paz com a França napoleónica, após a Guerra de 1801, reflecte um debate muito presente na sociedade portuguesa daquela época, mas também na europeia, sobre a importância do conhecimento científico nos assuntos militares, defendendo uma parte importante da elite portuguesa - a elite defensora do monopólio da aristocracia no domínio político e militar, onde pontificavam o duque de Lafões, o marquês de Alorna, o marquês de Penalva, o conde de São Lourenço, Gomes Freire de Andrade e muitos outros - que o importante era a «qualidade» social do dirigente político e do oficial. Contra esta opinião afirmava-se um outro grupo que defendia a escolha pelo mérito - pelo conhecimento, pela capacidade científica -, em que pontificava D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o inspector de que se fala neste discurso, assim como D. João de Almeida Melo e Castro e muitos outros, como os membros da Sociedade Marítima e Militar, onde sobressaíam os professores das cadeiras científicas, os engenheiros militares e muitos oficiais da Armada Real. Dantas Pereira, mais tarde um reconhecido miguelista, faz aqui, como não deve espantar, o elogio do marquês de Pombal, que considera o introdutor do ensino científico na Universidade. Disponível em: <https://www.arqnet.pt/portal/discursos/outubro09.html>.

¹⁸ RMB, Boiateux, *op.cit.* p. 73.

descançava o operoso Oficial no seu propósito.¹⁹

Dantas Pereira também trabalhou para embarcar todo o material didático, os instrumentos náuticos para o ensino e o mobiliário, em 1809, pela charrua São João Magnânimo após a partida dos franceses das terras lusófonas.

Dantas Pereira teve repentinas promoções na sua carreira, pois, após ser promovido, em janeiro de 1789, a Guarda-Marinha e em dezembro do mesmo ano já seria tenente²⁰, após conclusão do curso de Bezout embarcou na Fragata “Cisne” para fazer a viagem de instrução, seguido pela indicação de se tornar professor na ARM. Promovido a Capitão Tenente continuou a lecionar durante período na ARM e foi promovido a Capitão de Fragata. Em maio de 1797. Foi nomeado comandante da Companhia dos Guardas Marinha, em 21 de junho de 1800, e teve a promoção a Capitão de Mar e Guerra, em 12 de janeiro de 1801, com apenas 29 anos.

Oficial destemido a seu tempo pelas suas convicções e crenças com intento de se obter a melhor formação acadêmica e prática possíveis, conforme descreve Ferreira (2017), pois, já era desde o seu período frente à ARGM, preocupado com o desempenho do ensino náutico, desde o registro das aulas práticas à bordo e provisão de logística em apoio ao ensino, segundo segue-se nas citações:

Numa carta enviada ao visconde de Anadia, Dantas Pereira queixava-se precisamente da falta em que incorriam os professores desembarcados que não entrega- ram o registo diário:

Copia das Ordens não cumpridas [...]

Na volta deverá o Lente, dentro de hum mez, entregar na secretaria da Companhia o registo diário completo, mais as derrotas, que elle, e os seus discípulos, trouxerem feito ou calculado.

Com efeito, os dois Professores João Martiniano, e Manoel Ferreira (talvez por conti- nuarem ostentando isenção, ou quem sabe se por encobrirem com aquella ostentação algumas faltas, que podessem arguir-se-lhes á vista das suas contas) apenas deixarão que os discípulos entregassem as suas derrotas, sem que eles Professores tenham apresentado na dia secretaria, nem as suas derrotas próprias, nem os livros, que receberão para regis- tarem diariamente o que suceder nos destacamentos [...].²¹

Em 1805, Dantas Pereira escrevia ao ministro da Marinha sobre a modalidade de embarques existente na Academia que, no seu entender, “era

¹⁹ RMB, Boiateux, *op.cit.* p. 74.

²⁰ *Ibidem*. Disponível em: <https://www.arqnet.pt/portal/discursos/outubro09.html> .

²¹ Ferreira, *op. cit.* p.204.

capaz de alterar o espírito de subordinação [...] que o tempo de aprendiz, ou noviço, he o tempo da maior austeridade; na certeza de que os homens mais tendem a decahir do que a remontar”. Tal reflexão devia-se ao facto de os alunos estarem a embarcar ininterruptamente: “vão ou embarcando, ou mudando de embarcação que desarma para outras, sem que me oíção a este respeito”, pelo que o comandante da Companhia informava que tinha feito uma escala para controlar as nomeações dos embarques baseada no período de tempo no mar que cada aluno havia tido, escala essa que não estava a ser cumprida²².

Para o ano de 1809, o Diretor da Academia, José Maria Dantas Pereira (1772-1836), em ofício de 25 de fevereiro de 1809 ao Ministro da Marinha, estabelece o início das aulas, em 1º de março, e designa o lente honorário Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838), o lente João Martiniano de Oliveira e o lente substituto Joaquim Ângelo Coelho Freire para as primeira, segunda e terceira cadeiras respectivamente. Assim, pode-se considerar Joaquim Ângelo Coelho Freire como o primeiro professor de Astronomia do nível superior do Brasil, porque os conhecimentos básicos de Astronomia eram ministrados na cadeira do terceiro ano do curso.

Segundo Boiteux (1938), Dantas Pereira foi um entusiasta pela criação de uma biblioteca, sendo um de seus primeiros atos, em 1810, aprontar e proporcionar ao público, principalmente à classe militar a Biblioteca da Companhia dos Guardas-Marinhas, sendo o primeiro estabelecimento desta natureza que se abriu no Rio de Janeiro. Entusiasmo que não cessava em uma das salas da recente criada biblioteca, no dia 16 de julho, em que discursou para uma plateia de colegas da Academia, que seria de importante decisão a formação de uma Sociedade Naval cuja finalidade era despertar o ânimo nacional para a importância da Marinha, pois, assim dizia Dantas, “*o diamantino Brasil*”, por suas grandezas territoriais e litorâneas poderia remontar sua marinha sobre a Inglaterra. Na sequência, Dantas apresentou, após sete dias, um plano que traçara para a organização da Sociedade Naval e quais os seus fins. Infelizmente o seu sonho não foi adiante, conforme consta na biografia dissertada por Boiteux (1938).

Boiteux ainda cita com eterna admiração por Dantas Pereira em agradecimento aos seus feitos:

Admirável intuição de um gênio ! Ali estava posto em equação um problema que passado um século foi resolvido. Tudo que êle lembrava então está

²² Ferreira, *op.cit.*, p. 206.

sendo posto em prática atualmente. O que porém alcançou Dantas Pereira com tal antecipação, foi a malquerença dos orgulhosos e enfatuados casca-grossas rebelados contra quem queria que êles, cheios de anos de serviços e de experiências, fossem aprender nos livros como faziam os seus alunos da Academia.²³

Em 1819, Dantas Pereira regressa para Portugal, na qualidade de conselheiro do Almirantado, em paralelo a nomeação de conselheiro do Rei. Porém, devido a sua ferrenha lealdade às ideias absolutistas, não se amoldou ao regime constitucional de 1820 a 1823 embora servisse como conselheiro de Estado.

Segundo Innocência Francisco da Silva, no seu Dicionário Bibliográfico, que a "circunstância de ter em 1828 tomado assento na assembleia chamada dos Três Estados, fazendo parte do braço da nobreza e de ser depois nomeado pelo governo de D. Miguel para várias comissões especiais encarregada dos processos de presos políticos, etc"²⁴., causaram a sua emigração em 1834 para a França, onde passou desgostosa e atribulada os dois anos finais de sua vida, falecendo em Montpellier a 22 de Outubro de 1836.

Nessa notícia se acha o catálogo resumido dos seus escritos, incluem, porém entre eles alguns, que ainda não pude ver, e cujos títulos deixo por isso de transcrever aqui, para não os alterar, vertendo-os da língua francesa em que é feito o dito catálogo. Conservarei, contudo, as mesmas divisões, tais quais existem no que diz respeito à enumeração das obras que o autor classificou pela ordem seguinte: Matemática, Marinha e Literatura. Embora algumas pareçam menos bem colocadas na classe em que foram por ele introduzidas.

Na conferência em comemoração do bicentenário de nascimento do Chefe de Esquadra José Maria Dantas Pereira de Andrade, Guedes (1972) disserta sobre a importância de que o homenageado teve além dos homens, ideias e instituições que já foram abordados em magistras monografias ou estudos acadêmicos. Muito lembrada foi a ilustre galeria de marinheiros brasileiros de nascimento ou de adoção que, integrando a Marinha Nacional e Imperial, com sacrifício, inteligência, vigor e coragem, conquistaram a Independência e asseguraram a integridade territorial do Brasil. Não

²³ RMB, Boiteux, *op. cit.*, p.76.

²⁴ Silva, 1858, p.162.

ficaram esquecidos, em qualquer instante, os grandes políticos e diplomatas que propiciaram àqueles marujos os meios necessários às suas decididas ações.

Guedes (1972) aponta a biografia de Dantas Pereira abordando três aspectos importantes, que são: a vida, trabalhos e inestimada importância do citado. Este fora o primeiro aspecto “Dantas Pereira e a Hidrografia do Brasil”, pois, ressalta a ilustre participação de Dantas, já como Lente efetivo da ARM, sendo reconhecido como um sábio membro durante a criação da Sociedade Real Marítima ao elaborar diversos trabalhos hidrográficos, já citados anteriormente, e que estavam em conformes com o alvará de criação da SRM pela Rainha.



IU A RAINHA Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem : Que de-
sejando Eu por todos os modos possíveis
ampliar e favorecer aquelles uteis conheci-
mentos, que tem huma connexão mais im-
mediata, seja com a grandeza e augmento
da Minha Marinha Real e Mercante, seja
com a melhor defeza dos Meus Estados,
seja com a extensão das luzes, de que depende o mais ex-
acto conhecimento de todos os Meus Dominios, para po-
der elevalllos ao melhor estado de cultura, e promover as
communicações interiores, assim como favorecer o estabele-
cimento de Manufacturas, que se naturalizem facilmente,
achando huma situação territorial, que mais lhes convenha :
E sendo-me presente de huma parte a falta e penuria, que
sente a Minha Marinha Real e Mercante de boas Cartas
Hydrograficas, achando-se até na necessidade de comprar
as das Nações Estrangeiras, e de se servir muitas vezes de
algumas, que pela tua incorrecção expõem os Navegantes
a gravissimos perigos; e da outra parte reconhecendo a ne-
cessidade de publicar-se a grande e exacta Carta Geral do
Reino, em que Tenho mandado trabalhar Pelloas de
grande merecimento, e que nada tem que invejar, no que
se acha já principiado, aos outros estabelecimentos da mes-
ma natureza, que existem na Europa : E sentindo igual-
mente a necessidade de fazer gravar para o serviço dos
Meus Exercitos Cartas Militares, assim como Carta, em
que se delineem as Obras Hydraulicas de Canaes, e outras
semelhantes : Sou servida crear huma Sociedade Real Ma-
ritima, Militar e Geografica para o Desenho, Gravura, e
Impressão das Cartas Hydrograficas, Geograficas, e Mili-
tares, organizada e compolta da fórma e modo, que se
contém nos seguintes Artigos : Ordenando que assim se
execute, como Sou servida prescrevello.

Imagem 4. Imagem do alvará de criação da SRM pela Rainha Fonte: Revista navigator Disponível em:
<https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/1523>

O segundo aspecto “Dantas Pereira e a Academia dos Guardas Marinha”, no qual Guedes declara sua admiração e reconhecimento à Dantas, por sua magnífica gestão frente à da Academia, inicialmente como Lente de Matemática, no qual pode fazer o reaparelhamento material da Academia e a instalação do Depósito de Escritos Marítimos

ou Biblioteca²⁵ para uso dos guardas-marinhas, criada por decreto de 1º de abril de 1802. Porém mais tarde, principalmente, na posição de comandante, que pela provisão régia datada de 31 de julho de 1817, foi nomeado Dantas como Diretor de Estudos da Academia, cargo então criado e que persiste até os nossos dias.

Foi nesta condição que Dantas programou e embarcou toda a Real Academia de Guardas-Marinhas na *Nau Conde D. Henrique*, e aportou ao Rio de Janeiro, se instalando no Mosteiro de São Bento.

O terceiro aspecto abordado por Guedes se referia a “Dantas Pereira e o depósito de escritos”, no qual descreve que a Biblioteca, criada em 01 de abril de 1802, serviria como depósito de todos os escritos marítimos de autoria de portugueses para uso e pesquisa para os Guardas-Marinhas, como citado anteriormente, em que fora transferida para o Rio de Janeiro, em 1808, e aberta ao público, em 1810, graças ao empenho e dedicação de Dantas Pereira, pois ao seu zelo e os magníficos esforços na formação de um importante acervo, deixado como grande legado ao ensino naval ao Brasil. Por isso, é possível até os dias atuais consultar obras daquele tempo na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por exemplo, o Catálogo da Biblioteca dos Guardas-Marinhas, criada por ordem de S. A. R. na Cidade do Rio de Janeiro.

Almeida²⁶, ao escrever sobre a biografia de Dantas Pereira, destaca que, em 1808, este apresentou os Apontamentos concernentes à regulação de huma nova Academia, um documento no qual propôs a criação de uma instituição voltada para o ensino das Matemáticas e das Ciências Náuticas no Brasil. Tal academia seria inspirada nas Reais Academias de Marinha e dos Guardas-Marinhas de Lisboa, bem como na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra. Segundo Almeida, Dantas Pereira sugeriu diversas reformas educacionais, incluindo a ampliação da duração dos

²⁵“Em 1802, era criada uma biblioteca para prover lentes e alunos da Real Academia dos Guardas-Marinha, instituição militar de ensino que formava o oficialato empregado na Marinha portuguesa, de saberes diversos relacionados com a atividade de uma marinha de guerra. Com a vinda daquela Academia junto com a Corte, a Biblioteca dos Guardas-Marinha tornou-se a primeira biblioteca pública a funcionar no Rio de Janeiro.. Silva, Carlos André Lopes da (2014), «A Biblioteca da Real Academia dos Guardas-Marinha: a constituição e organização de um acervo especializado mediada pela formação profissional do oficialato militar-naval» (PDF), Universidade Estadual de Londrina, *Antíteses*. Disponível em:<https://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000006/000006cb.pdf>.

²⁶ Almeida, Tiago Manuel de, *Biografia de José Maria Dantas Pereira*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais, na especialidade de Marinha, Alfeite, 2018, Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/25054>.

cursos, a introdução de uma aula de "Mecanurgia" — em consonância com os avanços da Revolução Industrial — e a criação de um periódico científico para a disseminação do conhecimento no Brasil. O autor ainda destaca que os **Apontamentos** registram as primeiras medidas tomadas por Dantas Pereira para viabilizar a Academia, como a aquisição de livros e a realização de concursos para professores. Notavelmente, Dantas Pereira concebeu a ideia de uma instituição de ensino superior abrangente, que Almeida, citando Albuquerque, denomina de "**primeira universidade brasileira**", a **Academia Militar, Náutica e Econômica**.

Além de suas contribuições para a educação, Dantas Pereira teve um papel relevante na organização da Marinha Portuguesa. Segundo Almeida, um de seus principais trabalhos nesse campo foi a obra **Noções da legislação naval portuguesa até o ano de 1820, dispostas chronologico-systematicamente; e a adicionadas com algumas da história respectiva, e dos nossos escritos marítimos**, publicada em Lisboa, em 1824, pela Impressão Régia. Nessa obra, o autor sistematizou toda a legislação naval portuguesa, organizando-a em seções para facilitar sua consulta. Almeida ressalta a importância dessa compilação, uma vez que a obra permitiu um estudo mais estruturado das diversas organizações que a Marinha teve ao longo do tempo, contribuindo significativamente para a administração e a modernização das forças navais.

Dantas Pereira redigiu e compilou as **Noções** com o propósito de oferecer uma fonte de investigação para a regulação da Marinha ao longo da história. Ele destacou sua intenção de fornecer um ponto de partida para aqueles que desejassem compreender a evolução da Marinha portuguesa ou reunir uma coletânea dos escritos sobre o tema. Além disso, o autor enfatizou a necessidade da difusão do conhecimento entre os seus contemporâneos, particularmente aqueles que, como ele, almejavam reformar e aprimorar o desempenho na profissão naval. A obra demonstra também a meticulosa pesquisa bibliográfica realizada por Dantas Pereira, que documentou toda a bibliografia utilizada.

Sempre empenhado na melhoria e na disseminação do conhecimento, Dantas Pereira incluiu nas **Noções** informações valiosas sobre catálogos e obras fundamentais para a Marinha portuguesa, registrando e divulgando a sua existência. Ele dividiu a bibliografia em três partes: a primeira lista 36 obras de referência para o estudo da

legislação naval, incluindo **Arte da guerra do mar**, de Fernando Oliveira; a segunda parte apresenta um catálogo de manuscritos pertencentes ao Depósito criado pelo decreto de 1º de abril de 1802, que mais tarde originaria a biblioteca dos Guardas-Marinhas; e a terceira parte reúne manuscritos sobre a Marinha de Guerra que o autor pôde consultar, embora alguns tivessem permanecido na Secretaria do Almirantado Geral.

A obra encerra-se com uma homenagem aos grandes navegadores e figuras históricas que se destacaram no mar, como Vasco Fernandes Cesar, Diogo Botelho, António da Silveira, D. João de Castro, Nuno Álvares Botelho, João Rodrigues de Sá, Vasco da Gama, Duarte Pacheco, Afonso de Albuquerque e Pedro Nunes. Dessa forma, Dantas Pereira não apenas consolidou o conhecimento sobre a legislação e a organização naval, mas também enalteceu a tradição marítima portuguesa, reforçando seu compromisso com o progresso e a valorização da história naval.

Dantas Pereira regressou a Portugal, em 1819, para integrar o Conselho do Almirantado. Entre 1820 e 1823, tornara-se membro Conselheiro de Estado. Sendo que neste último ano, foi eleito Secretário da Academia das Ciências de Lisboa, da qual já era sócio, desde 1793. Ainda neste período saem três volumes das "Noções de Legislação Naval Portuguesa até 1820", registrando cronologicamente toda a legislação da Marinha Portuguesa desde 1450, dividida em secções, o que permitia uma fácil consulta. Esta obra é fundamental para estudar a forma como se organizou a Marinha ao longo da sua história.

Em 1827, foi nomeado membro da Sociedade Filosófica de Filadélfia.

Como dito anteriormente, sua posição Miguelista e frente aos seus ideais absolutistas, viu-se forçado a emigrar para a França, em 1834, em face do sucesso da campanha do nosso ex- Imperador Pedro I para restituir o trono à sua filha D. Maria.

Infelizmente viu-se obrigado a viver por dois anos em exílio, na Inglaterra, e depois para a França e, em seguida, o nosso notável acadêmico e filho extremoso, veio a falecer em Montpellier, em 22 de outubro de 1836.

2.2 A evolução da permanência da Academia de Guardas-Marinhas no Brasil entre 1808 e 1845.

A evolução da permanência da Academia de Guardas-Marinhas no Brasil, entre 1808 e 1845, foi um marco significativo no desenvolvimento da educação militar naval e na consolidação do poder marítimo no país.

Esse período, que compreende desde a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil até os primeiros anos do Império, reflete o esforço contínuo em organizar e modernizar as forças navais brasileiras, fundamentais para a defesa do vasto território litorâneo e para a projeção de poder na América do Sul.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, foi o evento que deu origem à criação de instituições fundamentais para a estruturação do Estado brasileiro. Uma dessas instituições foi a Academia Real de Guardas-Marinhas, criada no Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1808, a fim de formar oficiais para a Marinha Real Portuguesa e, posteriormente, para a Marinha do Brasil. Esse período coincide com uma necessidade urgente de defesa marítima, uma vez que o Brasil era vulnerável a ataques estrangeiros e pirataria, além de ser um ponto estratégico no Atlântico Sul.

Antes de 1808, a formação dos oficiais da Marinha era realizada em Lisboa, o que se tornava inviável com a corte estabelecida no Brasil. Assim, a criação de uma academia no Rio de Janeiro foi um passo natural para garantir que as necessidades navais do império português fossem atendidas em território brasileiro. Inicialmente, a Academia operava em instalações provisórias e seu currículo era limitado, focando nas disciplinas essenciais para a formação naval, como matemática, astronomia, navegação e artilharia.

Com a independência do Brasil em 1822, a recém-criada Marinha Imperial do Brasil herdou a responsabilidade pela defesa das águas territoriais e pelo controle das rotas comerciais no Atlântico.

Nesse contexto, a Academia Real de Guardas-Marinhas se tornou uma instituição ainda mais crucial para a soberania nacional. Ao longo dos anos, houve uma expansão no currículo com a inclusão de novas disciplinas, como mecânica, hidrografia e táticas navais, refletindo as necessidades de uma marinha moderna.

Sob o comando de oficiais experientes, muitos deles formados em academias navais europeias, a Academia Real de Guardas-Marinhas se consolidou como o

principal centro de formação naval no Brasil. Além da educação técnica, a academia também passou a enfatizar a formação moral e ética dos oficiais, considerando o papel crucial que a marinha desempenhava na defesa do império e na manutenção da ordem interna, especialmente, durante as rebeliões provinciais.

O período regencial (1831-1840) trouxe desafios significativos para o Brasil, com várias revoltas e instabilidade política. A marinha foi frequentemente mobilizada para garantir a unidade do império, especialmente, em regiões mais afastadas, como o Norte e o Sul. Nesse cenário, a Academia de Guardas-Marinhas desempenhou um papel essencial, ao continuar formando oficiais capacitados a lidar com essas crises internas.

Durante essa época, a academia também passou por reformas administrativas e curriculares. A necessidade de modernização da marinha, que se refletia na evolução das táticas de guerra naval e no uso de novas tecnologias, fez com que a formação dos guardas-marinhas se tornasse cada vez mais complexa. O ensino passou a incluir uma formação científica mais ampla, preparando os oficiais não apenas para o combate, mas também para funções de liderança e administração naval.

Com a ascensão de Dom Pedro II ao trono, em 1840, houve um impulso renovado para modernizar as forças armadas, incluindo a marinha. A Academia de Guardas-Marinhas, que até então funcionava de forma relativamente modesta, passou a receber mais investimentos e atenção do governo imperial. Em 1842, foi inaugurada uma nova sede para a academia, que simbolizava o desejo de consolidar o Brasil como uma potência marítima regional.

Além das reformas estruturais, houve também uma mudança no perfil dos oficiais formados pela academia. A formação técnica continuou a se expandir, com a introdução de disciplinas como engenharia naval e estudos de astronomia avançada, necessárias para a navegação em águas internacionais. A formação prática, que incluía viagens de instrução ao exterior também se intensificou, permitindo que os guardas-marinhas brasileiros tivessem contato com marinhas de outras nações, especialmente da Europa.

Rodrigues (2000) enfatiza a relevância da influência britânica no desenvolvimento da Marinha brasileira, destacando que

A Inglaterra, com sua supremacia naval, tornou-se uma referência natural para a modernização da Marinha brasileira. Oficiais brasileiros que viajaram

para a Europa trouxeram consigo uma nova visão sobre organização naval e tecnologias, promovendo uma transformação lenta, mas decisiva, na formação dos cadetes²⁷.

Essa passagem evidencia o papel crucial que a Inglaterra desempenhou na introdução de novos métodos de ensino e tecnologias avançadas, como os navios a vapor, influenciando decisivamente a evolução da marinha brasileira. Mendonça (2012) também ressalta a influência francesa no desenvolvimento da Marinha brasileira, afirmando que

[...] o modelo francês de ensino militar, caracterizado por uma forte ênfase em disciplinas técnicas como engenharia naval, inspirou reformas na Academia de Guardas-Marinhas, especialmente após a vinda de oficiais que haviam estudado na Europa²⁸.

Embora a França possuísse uma marinha menor em comparação à Inglaterra, era amplamente reconhecida por seus avanços técnicos, particularmente na construção naval e na artilharia, o que contribuiu significativamente para o processo de modernização naval brasileiro.

Donin (2014) examina em profundidade a maneira como as potências navais europeias, notadamente a Inglaterra e a França, exerceram influência direta sobre o processo de construção e modernização da Marinha Brasileira, no século XIX. Esta análise é fundamentada no contexto geopolítico da época e explora as inovações tecnológicas, doutrinas militares e mudanças institucionais que moldaram a formação dos oficiais navais brasileiros.

O início do século XIX foi marcado pela queda de Napoleão Bonaparte, seguida do Congresso de Viena, em 1815, evento que estabeleceu uma nova ordem política e territorial na Europa. A paz relativa que se seguiu após décadas de guerras napoleônicas permitiu que as grandes potências europeias, como a Inglaterra e a França, se concentrassem em fortalecer suas capacidades navais. Sem a ameaça imediata de conflitos de larga escala, essas nações direcionaram seus recursos para a modernização

²⁷ Rodrigues, 2000, p.50.

²⁸ Mendonça, 2012, p.35.

de suas marinhas, aproveitando os avanços tecnológicos proporcionados pela Revolução Industrial.

Durante esse período de tranquilidade nos mares, o que se chamou de "Pax Britannica", a Inglaterra consolidou sua posição como a principal potência naval do mundo. A *Royal Navy* dominava as rotas comerciais globais e exercia uma influência preponderante sobre os oceanos.

A França, por sua vez, esforçava-se para manter a competitividade com os britânicos, investindo em inovações tecnológicas e no fortalecimento de sua Marinha. O objetivo francês era estabelecer um equilíbrio de poder, embora a superioridade britânica fosse amplamente reconhecida, tanto no que se refere ao número de embarcações quanto à sofisticação tecnológica e à experiência operacional.

No Brasil, essa situação geopolítica internacional influenciou diretamente os debates sobre a necessidade de modernizar a Marinha Imperial. Políticos e líderes militares brasileiros estavam atentos às mudanças ocorridas nas grandes potências europeias, e buscavam, de forma deliberada, adaptar as lições aprendidas com a Inglaterra e a França para desenvolver uma marinha que pudesse proteger os vastos litorais do Império e sustentar suas ambições comerciais e territoriais no Atlântico Sul.

A *Royal Navy* britânica, considerada a força naval mais poderosa do século XIX, tornou-se um modelo indiscutível a ser seguido por outras nações, inclusive o Brasil. A supremacia inglesa era fruto de um desenvolvimento contínuo, que havia começado séculos antes e que fora acelerado pela Revolução Industrial. O documento explora como a Inglaterra não apenas dominou os mares, mas também desenvolveu uma filosofia naval única, que combinava poder militar com a proteção e promoção do comércio marítimo.

Essa filosofia, conhecida como a "defesa do livre comércio" foi crucial para a política externa britânica, durante o século XIX. Ao invés de expandir seus domínios coloniais por meio de guerras constantes, como fizera no passado, a Inglaterra passou a utilizar sua Marinha para proteger as rotas comerciais e garantir a liberdade dos mares. Esse conceito, amplamente influenciado pelas ideias iluministas e pela emergente teoria do liberalismo econômico, foi uma inovação estratégica que garantiu à Inglaterra não apenas a supremacia militar, mas também a liderança econômica mundial.

A Marinha britânica operava sob a premissa de que a supremacia naval não servia apenas aos interesses do Reino Unido, mas beneficiava todas as nações civilizadas, desde que estas se submetessem à liderança britânica nos mares. Esse sistema, que ficou conhecido como “Pax Britannica”, moldou as relações internacionais durante grande parte do século XIX, com a Inglaterra atuando como uma espécie de "polícia dos mares", garantindo que o comércio fluísse livremente entre as nações.

Além disso, a *Royal Navy* foi pioneira na adoção de novas tecnologias que revolucionaram a guerra naval, como o uso de navios de ferro e de propulsão a vapor. Essas inovações não apenas aumentaram a velocidade e o poder de fogo das frotas britânicas, mas também exigiram um novo tipo de formação para os oficiais navais, mais focada no domínio técnico das máquinas e no uso estratégico dessas novas armas. O surgimento da *Royal Naval College*, em Greenwich, foi uma resposta direta a essas necessidades. Fundada em 1873, essa instituição teve como objetivo principal a formação de oficiais capazes de operar em um ambiente naval que se tornava cada vez mais tecnificado e complexo.

A formação dos oficiais navais britânicos, no entanto, não se baseava apenas no ensino teórico. A prática a bordo de navios-escola desempenhava um papel fundamental na educação dos futuros oficiais. Os cadetes, geralmente admitidos na Marinha entre os 12 e 14 anos, passavam grande parte de sua formação a bordo de navios ancorados, onde aprendiam na prática as manobras e as operações necessárias para o comando de um navio de guerra. Esse sistema, conhecido como "training ship", garantia que os oficiais adquirissem uma vasta experiência prática antes de assumirem posições de comando.

Enquanto a Inglaterra enfatizava a prática a bordo, a França seguiu um caminho diferente, com uma abordagem mais focada no ensino científico e teórico. Desde o final do século XVIII, com a criação da *École Polytechnique*, a França passou a valorizar uma formação acadêmica sólida para seus oficiais, não apenas na Marinha, mas também no Exército e em outras áreas do serviço público. A *École Polytechnique* tornou-se um centro de excelência na formação de engenheiros e cientistas, e muitos de seus graduados seguiram carreiras militares, contribuindo para o desenvolvimento técnico e científico das forças armadas francesas.

Os alunos da *École Polytechnique*, admitidos após exames altamente competitivos, recebiam uma educação abrangente, que incluía disciplinas como matemática, física, ciências naturais e história. No final do curso, os melhores alunos podiam escolher seguir a carreira militar, tornando-se oficiais de artilharia naval, arquitetos navais ou engenheiros hidrográficos, entre outras funções. Essa ênfase na formação técnica ajudou a criar uma geração de oficiais altamente qualificados, que desempenharam um papel crucial na modernização da Marinha francesa, durante o século XIX.

Outra instituição importante na formação dos oficiais navais franceses foi a *École Navale*, criada em 1810. Localizada a bordo de um navio em Brest, a *École Navale* combinava a educação científica com a experiência prática. Os cadetes, admitidos após exames rigorosos, passavam dois anos estudando disciplinas como construção naval, armamento e ciências náuticas, antes de embarcarem em uma viagem de instrução que completava sua formação. Essa ênfase na educação técnica e científica ajudou a Marinha francesa a se manter competitiva, apesar da supremacia britânica, e serviu como modelo para outras nações, incluindo o Brasil.

Donin (2014) faz uma análise comparativa dos sistemas educacionais navais da Inglaterra e da França, destacando as principais diferenças entre as abordagens de cada país. Enquanto a Inglaterra dava ênfase à experiência prática e à formação a bordo, a França focava mais na educação formal, com um currículo voltado para a ciência e a engenharia. Essas diferenças refletiam as tradições navais de cada país, mas também suas respectivas visões de mundo e seus objetivos estratégicos.

Na Inglaterra, a tradição de ensino prático a bordo dos navios-escola estava profundamente enraizada na cultura naval britânica, que valorizava a experiência real de combate e a habilidade de manobrar um navio em situações difíceis. Os cadetes navais britânicos, desde muito jovens, eram expostos às duras condições do mar, o que lhes proporcionava uma ampla experiência prática. Esse sistema ajudou a criar uma oficialidade que estava intimamente familiarizada com a realidade das operações navais, e que era capaz de tomar decisões rápidas e eficientes em situações de combate.

Já a França, com sua ênfase no ensino teórico e científico, desenvolveu uma oficialidade altamente especializada, particularmente em áreas como a construção naval e a artilharia. Os oficiais formados nas escolas navais francesas tinham um

conhecimento profundo das ciências aplicadas, o que lhes permitia operar as novas tecnologias navais com grande eficiência. No entanto, essa ênfase na teoria, às vezes, levava à crítica de que os oficiais franceses careciam da experiência prática necessária para lidar com as situações reais de combate.

3. A evolução da formação da Escola Naval de Portugal

Em 1779, o Ministro da Marinha, Melo e Castro, criava em Lisboa a Academia Real de Marinha destinada à formação académica dos oficiais das marinhas mercante e de guerra. O ensino era vocacionado essencialmente para matérias de índole teórica, não existindo qualquer componente de formação militar. Como este estabelecimento de ensino não era suficiente para desenvolver o devido enquadramento militar dos futuros oficiais da Marinha militar, D. Maria I restaura a Companhia dos Guardas-Marinhas, por decreto de 14 de dezembro de 1782. Mencionava o Decreto, promulgado pela Rainha: "*considerando o muito que convem ao meu real serviço, que na Marinha haja officiaes hábeis e instruídos para servirem com utilidade naquelle exercício.*"

A 1 de abril de 1796, D. Maria I criava a Academia Real dos Guarda-Marinhas, que integrou a Companhia dos Guardas-Marinhas, ministrando igualmente a formação científica até aí assegurada pela Academia Real de Marinha. Anos mais tarde, o diploma fundador da Escola Politécnica de Lisboa, de 1837, faz referência a uma futura reorganização do ensino naval, e estabelece a ligação entre a Academia de Marinha e a Escola Politécnica, através da cadeira de Trigonometria Esférica e Navegação, teórica e prática. Os anos seguintes são marcados por um aceso debate entre os defensores do "politécnico", que queriam manter a todo o custo o monopólio no ensino técnico, conservando nas suas mãos a formação do futuro oficial da Armada, e os que estavam ligados ao mar, argumentando que as matemáticas superiores, a Geometria, e outras disciplinas académicas, muito pouco, ou nada, serviam a quem tivesse tarefas de liderança e comando num navio de guerra.

Foi o relatório de uma Comissão, criada com o intuito de tornar o ensino naval independente, que levou à publicação de uma Carta lei de 23 de abril de 1845, criando a Escola Naval, e do decreto de 19 de maio do mesmo ano, em que esta nova instituição era regulamentada. Assim, por decreto de D. Maria II, a *Academia Real dos Guardas-Marinhas* passava a designar-se por *Escola Naval*, cujas instalações se manteriam no *Terreiro do Paço*, na antiga *Ribeira das Naus*, local simbólico, associado aos Descobrimentos²⁹.

A Escola Naval de Portugal reflete as transformações militares e políticas do país, ao longo de um processo contínuo de adaptação às novas realidades geopolíticas e tecnológicas. A formação naval portuguesa, marcada desde o século XVIII pela Academia Real de Guardas-Marinhas (ARGM), sempre desempenhou um papel crucial na capacitação dos oficiais da Armada, sendo peça central na manutenção da soberania marítima do país.

²⁹ https://escolanaval.marinha.pt/pt/aescolanaval_web/175anos.

3.1 A Partida da Academia Real de Guardas-Marinhas para o Brasil (1807-1825)

A invasão napoleônica de Portugal, em 1807, foi um ponto de inflexão para a história militar e naval portuguesa. Como parte da aliança com a Grã-Bretanha, a decisão de transferir a corte portuguesa para o Brasil foi tomada com o objetivo de preservar a soberania do império e garantir a continuidade das principais instituições do Estado, entre elas: a Academia Real de Guardas-Marinhas (ARGM). Esta transferência, que incluiu alunos, professores e uma vasta quantidade de equipamentos científicos e de ensino, marcou o início de um novo capítulo na formação naval portuguesa.

A ARGM foi instalada no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, e manteve sua função central de formar oficiais para a Marinha Real Portuguesa. Apesar da mudança de sede, a Academia tentou manter os altos padrões de ensino que já existiam em Portugal, com foco em disciplinas como matemática aplicada, artilharia, manobra de navios e navegação. O currículo teórico era complementado por exercícios práticos a bordo de navios, em uma abordagem semelhante ao modelo britânico de formação, que já havia sido uma referência para a Marinha Portuguesa.

O modelo britânico, especialmente após as reformas introduzidas na *Royal Navy*, no final do século XVIII, influenciou diretamente o ensino prático a bordo de navios na ARGM. Assim como na Grã-Bretanha, os Guardas-Marinhas portugueses realizavam missões de patrulha e combate enquanto ainda estavam em formação, permitindo que adquirissem experiência em condições reais de navegação e guerra. Essas operações incluíam cruzeiros no Atlântico e missões nas Campanhas do Rio da Prata e no Estreito de Gibraltar, nas quais os Guardas-Marinhas completavam sua formação prática.

Nesse contexto, no Arquivo de Marinha Português, há documentos que nos dão teor importantes para deduzirmos a continuidade da formação de Oficiais da Marinha Imperial, em Portugal, com a prática de formação de Guardas-Marinhas no modelo inglês de formação de oficiais, comprovadas pelos anexos de documentos do Arquivo da Marinha nessa obra.

3.2 O Retorno da formação de Guardas-Marinhas em Portugal e o Estabelecimento da Escola Naval (1822-1845)

Com a independência do Brasil, em 1822, e o subsequente retorno da corte portuguesa a Lisboa, o período que se seguiu ao retorno de D. João VI a Portugal

representou um momento crucial de transição e adaptação para a Marinha Portuguesa. Com o novo cenário político e a perda da colônia mais rica do império, as autoridades portuguesas foram obrigadas a repensar suas estruturas militares, especialmente no campo da formação dos seus oficiais.

No início do século XIX, a formação dos oficiais da Marinha Portuguesa ainda estava profundamente ligada a modelos acadêmicos tradicionais, centrados principalmente na teoria matemática.

Segundo Silva (2009), o ensino oferecido na Academia de Guardas-Marinhas, embora necessário, revelou-se insuficiente para formar marinheiros capacitados, uma vez que o foco excessivo na teoria matemática não preparava adequadamente os oficiais para os desafios práticos da navegação e comando de navios de guerra. O Ministro da Marinha, Inácio da Costa Quintela, já reconhecia, em 1822, a fragmentação e dispersão da companhia de guardas-marinhas, entre Lisboa e o Rio de Janeiro, propondo a criação de um novo estabelecimento que equilibrasse teoria e prática.

Hoje a companhia de guardas marinhas está dispersa; uma parte no Rio de Janeiro, outra em Lisboa, e sem centro de união. Parece ser esta ocasião oportuna de organizar um estabelecimento, que preencha dois fins: o primeiro, crear bons officiaes de marinha, coisa muito differente de crear bons mathematicos; e o segundo, não sobrecarregar o Estado com um estabelecimento, onde o numero dos alumnos seja superior ao numero de sujeitos de que a marinha anualmente carecer para preencher os postos vagos.³⁰

Ainda segundo Silva (2009), a Independência do Brasil, ocorrida em 1822, marcou a divisão definitiva da Academia de Guardas-Marinhas, uma vez que muitos de seus membros optaram por jurar fidelidade à Constituição do novo país, frustrando assim as intenções do Ministro da Marinha em Portugal de manter a instituição coesa.

Esse contexto de fragmentação foi seguido por uma nova onda de mudanças políticas e educacionais em Portugal, iniciada com a Revolução Setembrista, de 1836, que trouxe ao poder figuras como Sá da Bandeira e Passos Manuel. Esses líderes impulsionaram uma série de reformas no sistema educacional, destacando-se a criação

³⁰José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos Litterários e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1876, pp. 435-436.

de liceus e o desenvolvimento do ensino politécnico.

A partir de 1825, a formação científica dos Guardas-Marinhas foi gradualmente transferida para a Academia Real de Marinha (ARM), enquanto a ARGM manteve a responsabilidade pelas práticas de artilharia e manobra de navios.

A formação prática a bordo de navios continuou a ser uma parte fundamental do currículo dos Guardas-Marinhas, conforme se apresenta nos anexos do Arquivo Histórico da Marinha de Portugal. Em um contexto de adaptação ao modelo britânico, muitos jovens oficiais portugueses realizaram cruzeiros em navios de guerra, onde puderam aplicar o conhecimento teórico adquirido nas aulas. Assim como na Grã-Bretanha, a prática a bordo era essencial para o desenvolvimento das habilidades de comando e manobra, algo que também foi adotado por outras marinhas europeias da época.

Durante esse período, o ensino naval sofreu várias críticas, principalmente pela divisão das responsabilidades entre a ARM e a ARGM, o que gerou problemas de coordenação e dificultou a supervisão disciplinar dos alunos. O modelo de ensino disperso também era criticado pela falta de instalações adequadas e pela escassez de professores especializados para algumas disciplinas. A ausência de uma infraestrutura consolidada, como existia na Inglaterra com o *Royal Naval College*, contribuiu para a fragmentação do ensino.

O diploma fundador da Escola Politécnica de Lisboa, datado de 1837, previu a reorganização do ensino naval, ainda que de forma indireta. O artigo 77º desse diploma estabelecia que, até a criação de uma Escola Naval própria, a cadeira de Trigonometria Esférica e Navegação Teórica e Prática, que pertencia ao terceiro ano da Academia de Guardas-Marinhas, seria anexada à Escola Politécnica, enquanto os dois primeiros anos de formação seriam compostos por disciplinas de base matemática. Entretanto, o estudo da náutica, fundamental para a formação prática de oficiais, ficou marginalizado nesse período.

Nos anos subsequentes, surgiu um acalorado debate entre os defensores do ensino politécnico e aqueles mais voltados à formação prática e marítima. Estes últimos argumentavam que o ensino teórico, especialmente nas disciplinas matemáticas superiores, era pouco relevante para os oficiais encarregados de comandar navios de guerra. Além disso, criticavam o afastamento prolongado dos cadetes da hierarquia e

das atividades militares no mar, o que prejudicava a disciplina naval. Em resposta a essas preocupações, foi formada uma comissão encarregada de elaborar um relatório propondo a independência do ensino naval.

O esforço culminou na promulgação do Decreto de 23 de abril de 1845, que oficializou a criação da Escola Naval, substituindo formalmente a Academia de Guardas-Marinhas. O Decreto de 19 de maio do mesmo ano regulamentou o funcionamento da nova instituição, que foi instalada no Terreiro do Paço, na antiga Ribeira das Naus.

Esse momento marcou o compromisso entre a corrente politécnica e a marítima: os aspirantes a oficial deveriam frequentar a Escola Politécnica durante dois anos, seguidos de dois anos na Escola Naval. Após a promoção a Guardas-Marinhas, os formandos realizavam um período de três anos de embarque em missões fora dos portos do continente. Esse modelo de ensino se consolidou e vigorou até meados do século XX.

Embora a Marinha Portuguesa não tenha sido empregada em grandes combates, no século XIX, a reforma do ensino naval teve impactos significativos na qualificação dos oficiais. A preparação científica, aliada à formação prática, permitiu que a Armada Portuguesa contribuísse com levantamentos hidrográficos, delimitação de fronteiras coloniais e outras atividades científicas de relevância para a expansão colonial e para a manutenção do império. Segundo Silva (2009), a estrutura criada em 1845 vigoraria até meados do século XX, consolidando o modelo de formação dos oficiais da Marinha de Guerra Portuguesa.

O debate entre o ensino técnico-científico e o treinamento prático a bordo continuaria, mas a criação da Escola Naval, Carta de Lei de 23 de abril que foi regulamentada pelo Decreto de 19 de maio do mesmo ano, representou um avanço significativo na profissionalização e na modernização dos oficiais da Marinha, estabelecendo um equilíbrio entre teoria e prática que atendia às demandas do novo contexto geopolítico e tecnológico.

3.3 Voluntários: uma saída para a formação de Guardas-Marinhas em Portugal

Sobre a Academia de Marinha, cita-se o texto em que se aborda o termo voluntários:

Da necessidade de proporcionar o Estado aos que se destinavam à vida marítima os meios de adquirirem os conhecimentos necessários para afrontarem os mares, e da conveniência de preparar, para sua defesa, uma corporação de navegadores mais aptos do que os que existiam, nasceu a instituição da Academia Real da Marinha, em Lisboa, na segunda metade do século XVIII”. (COSTA, Augusto Zacarias da F. e. *Esboço Histórico da Academia de Marinha desde sua fundação...*. Rio de Janeiro: Typ. do Imperial Instituto Artístico, 1873, p. 10.) Escreveu, assim, o último amanuense da escola sobre as finalidades da Academia Real da Marinha, criada pela lei de 5 de agosto de 1779 de d. Maria I, que somente começou efetivamente a funcionar em 25 de março de 1783. Previa um curso de três anos de duração para rapazes maiores de 14 anos que tivessem noções de aritmética, geometria plana e esférica e de navegação. Além dessas matérias, que estudariam com maior profundidade, também estavam previstas: geometria, trigonometria (plana e esférica), álgebra, (hidro) estática, dinâmica, hidráulica, ótica e observatório, a serem ministradas por três professores titulares e o mesmo número de substitutos. Com a publicação de novos estatutos, em 1796, as disciplinas se reorganizaram e foram ampliadas (acrescentando tática naval e militar, desenho, artilharia e exercícios de fogo), e a Academia se dividiu entre aqueles que aspiravam se tornar Guardas Marinhas (somente filhos de nobres e fidalgos) e os voluntários, que serviriam diretamente nos navios, filhos de pessoas mais humildes e a quem estaria vedado o ingresso na Guarda. Em 1782, com a introdução dos exames preparatórios, essas diferenças teoricamente deveriam diminuir, pois só passariam a entrar os alunos mais talentosos e aplicados, independente de sua posição social. No entanto, em 1800, na esteira do combate às ideias francesas de igualdade e liberdade, revogaram-se essas prerrogativas e as relações pessoais voltaram a ser reforçadas, estabelecendo critérios para entrada e ascensão na Marinha. Com a transmigração da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, a Academia também se transfere. Em 1822, quando da emancipação da colônia, torna-se Academia Imperial da Marinha.³¹

Durante o período compreendido entre 1808 e 1845, a Marinha Portuguesa passou por transformações significativas, impulsionadas pelas exigências das Guerras Napoleônicas e pela nova configuração política resultante da transferência da corte para o Brasil. A formação de guardas-marinhas, recrutados como voluntários, emergiu como um componente crucial nesse desenvolvimento, refletindo a adaptação do modelo de formação naval que já era comum em potências marítimas, como a Grã-Bretanha.

O início do século XIX foi marcado pela invasão napoleônica de Portugal, em 1807, que forçou a transferência da corte para o Brasil. Este movimento teve

³¹https://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5270:glosario-a&catid=2055&Itemid=215.

implicações profundas, não apenas na política interna de Portugal, mas também na estrutura militar.

A transferência da corte para o Brasil não apenas alterou a dinâmica do Império, mas também aumentou a necessidade de uma Marinha capaz de proteger os interesses portugueses em ambos os continentes. Com a guerra iminente, a Marinha Portuguesa precisava se reforçar para enfrentar as ameaças externas e garantir a defesa das colônias.

A nova realidade política exigia uma reformulação das estratégias navais, uma vez que a proteção das rotas comerciais e das colônias se tornara uma prioridade. A guerra contra as potências europeias, especialmente a Grã-Bretanha, que dominava os mares, exigiu uma resposta rápida e eficiente da Marinha Portuguesa. Nesse contexto, a formação de um corpo de oficiais capacitados tornou-se essencial.

Durante o período das guerras, a Marinha Portuguesa começou a formar novos oficiais, incluindo os guardas-marinhas, frequentemente recrutados como voluntários. Esta abordagem alinhou-se às práticas de formação de outras marinhas, como a britânica, que enfatizavam o treinamento prático a bordo. De acordo com Silva (2009),

[...] aos discípulos da Academia Real da Marinha. Lembremos que o alvará de 20 de maio de 1796 permitia o aproveitamento daqueles jovens no corpo de oficiais da Armada sob denominação de “voluntários da Real Academia de Marinha”. Por este dispositivo, concluído o curso de matemática da Academia Real de Marinha, os discípulos que pretendessem a nomeação a segundos tenentes da Armada deveriam requerer o embarque nos navios de guerra com direito a receber soldos e comedorias para comprovarem: todas as provas de capacidade, e gênio para a vida no Mar, e aprendendo a bordo dos sobreditos Navios aquellas Artes, Serviço e Disciplina, que em maior espaço de tempo, e com mais tardo aproveitamento terão aprendido nos exercícios, e modelos da Academia dos Guardas-Marinhas, se nella tivessem admitidos.³²

A prática de embarcar os voluntários em navios operacionais não apenas proporcionava uma formação técnica adequada, mas também cultivava um espírito de camaradagem e compromisso com a defesa nacional. Esse modelo de formação ajudou a criar uma nova geração de oficiais que seriam fundamentais para a Marinha Portuguesa nas décadas seguintes.

A adoção de métodos de treinamento mais eficientes e a ênfase na prática a

³² Silva, 2009, p. 247 Apud Extrato do Alvará de 20 de maio de 1796, transcrito em: Boiteux, 1940,p.53.

bordo contribuíram para a modernização da Marinha, permitindo que ela se adaptasse às novas exigências da guerra e da navegação. Além disso, o envolvimento dos jovens na defesa do império fomentou um senso de identidade nacional, essencial em um período de transição e incertezas.

3.4 Arquivo Histórico da Marinha Portuguesa

As origens do Arquivo Histórico remontam ao ano de 1843, cerca de um século passado sobre a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, pelo Alvará de 28 de julho de 1736.

O Arquivo surge assim quando o Decreto de 15 de fevereiro de 1843, que reorganiza a referida Secretaria de Estado, estabelece no seu art.º 11.º, um arquivo a cargo de oficial ou amanuense.

Todavia, as reformas frequentes que, a partir do constitucionalismo, remodelaram o Ministério, bem como a incorporação de fundos na Biblioteca Nacional (1897) e a desanexação do Ministério das Colônias levou a que a documentação de alguns dos fundos da Marinha fossem dispersadas por diferentes organismos, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino.

Apenas na década de sessenta do século XX, após a criação do Arquivo Geral da Marinha, aberto ao público (Decreto-lei n.º 42840, de 10 de fevereiro de 1960, substituindo o antigo Arquivo da Marinha), foi possível trazer e incorporar de novo na Marinha parte dessa documentação.

O Arquivo Central da Marinha foi criado pelo Decreto Regulamentar n.º 35/94, de 1 de setembro, que, em simultâneo, extinguiu o anterior Arquivo Geral da Marinha. Era um organismo de natureza cultural e totalmente dependente, organicamente, da Biblioteca Central da Marinha, incluindo o Arquivo Central e o Arquivo Histórico. Em 1997/98, foi transferido das instalações do Quartel de Marinheiros, em Alcântara, para o Edifício da ex Fábrica Nacional de Cordoaria, na Rua da Junqueira, em Lisboa.

Já no século XXI, pela Lei Orgânica da Marinha, publicada em 2009 (Decreto-lei 233/2009, de 14 de setembro), o Arquivo Central é colocado na dependência da Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação (STI), com a denominação de Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha (CDIACM), mantendo-se o Arquivo Histórico na dependência da Biblioteca Central de

Marinha.

O acervo documental do Arquivo Histórico não é apenas o registro da sua memória nas suas múltiplas atividades em áreas geográficas diversificadas, é também uma parte da nossa História.

O Arquivo Histórico de Marinha reúne nos seus depósitos documentação única e especializada. A importância dos arquivos, enquanto instrumentos de memória é evidente, sendo transversal ao seu desenvolvimento e preservação de uma abordagem técnica e interdisciplinar.

Na pesquisa realizada no acervo do Arquivo Histórico da Marinha foram encontrados diversos manuscritos, além de um *Regulamento Provisório do Ensino dos Guardas-Marinhas, Aspirantes e Voluntários da Armada Real* importantes para a elucidação das hipóteses aventadas na questão da formação dos Oficiais na Marinha portuguesa.

Além dos manuscritos, em ANEXO ao trabalho dissertado, a coletânea de Ribeiro, José Silvestre, na obra *Estabelecimentos Científicos Litterarios e Arstísticos de Portugal nos sucessivos Reinados da Monarchia*, TOMO VI, LISBOA, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1876, relata importantes informações, tais como: no ano de 1830, por decreto de 23 de junho, foram tomadas duas excelentes providências disciplinares a respeito dos alunos da Academia, que são os seguintes:

1 - Que uma falta sem causa fosse reputada por três faltas justificadas, segundo o espirito do decreto de 27 de dezembro de 1800; e

2 - Que d'então em diante nenhum aluno pudesse mais ser admitido a terceira matricula no mesmo ano.

Vê-se que havia grandes irregularidades e abusos, em matéria de frequência e matriculas na Academia Real de Marinha de Lisboa, que não deviam continuar a existir, e que o governo muito justificadamente pretendeu remover. Isso se evidencia na descrição, durante todo o tempo que Dom João VI esteve no Brasil, a AMR preencheu as vagaturas da armada com oficiais, que ainda em (1858) eram dos mais distintos que ela possuía.

3.5 Dona Maria II e a Consolidação da Escola Naval (1845-1860)

Dona Maria II teve uma vida pessoal marcada por questões dinásticas e

casamentos estratégicos. Inicialmente, foi prometida em casamento a seu tio, Dom Miguel, como parte de um acordo político que visava unificar as facções liberais e absolutistas. No entanto, Dom Miguel assumiu a regência, em 1828, e se proclamou rei, rompendo o acordo e levando a uma guerra civil. Com a vitória liberal, em 1834, o casamento foi oficialmente anulado.

Em 1º de dezembro de 1834, Dona Maria II casou-se com Augusto de Leuchtenberg, neto da Imperatriz Josefina, primeira esposa de Napoleão Bonaparte. Contudo, esse casamento foi breve, pois Augusto faleceu em março do ano seguinte.

Diante da necessidade de consolidar alianças dinásticas e fortalecer a estabilidade do reino, Dona Maria II contraiu um segundo matrimônio, em 9 de abril de 1836, com Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, irmão de Leopoldo I, rei dos Belgas, e primo do príncipe Alberto, marido da Rainha Vitória do Reino Unido. Fernando tornou-se rei consorte de Portugal e desempenhou um papel relevante na administração do país, contribuindo para a continuidade das reformas modernizadoras promovidas por sua esposa.

A criação da Escola Naval representou um marco na história da formação dos oficiais da Marinha. Esse novo modelo de ensino surgiu no contexto de uma ampla reforma do ensino técnico e militar, impulsionada pelos desafios enfrentados pelo país no cenário político e estratégico europeu. A nova instituição substituiu a Academia Real dos Guardas-Marinhas e buscou alinhar-se às necessidades de um mundo em rápida transformação.

Dona Maria II compreendeu a importância de uma marinha bem treinada para a defesa e expansão dos interesses navais de Portugal, ao longo do século XIX. Com a fundação da Escola Naval, o ensino naval em Portugal passou por uma importante reformulação. A nova escola foi instalada no Arsenal da Marinha, em Lisboa, e herdou o acervo científico da ARGM, incluindo a Biblioteca da Marinha e o Observatório Real da Marinha. As disciplinas abrangiam desde a artilharia teórica e prática, até hidrografia, arquitetura naval, mecânica e astronomia, combinando um currículo rigoroso e uma formação prática essencial para os desafios da vida no mar.

No entanto, apesar das inovações, a Escola Naval enfrentou desafios significativos nas décadas seguintes. A complexidade das disciplinas matemáticas, como o cálculo diferencial e a geometria esférica, levou a altas taxas de reprovação.

Para melhorar o desempenho dos alunos, reformas no currículo e no método de ensino foram implementadas, ao longo da década de 1850. Professores como Joaquim Cordeiro Feio e António Diniz do Couto Valente foram fundamentais para adaptar o currículo às novas exigências da Marinha Portuguesa.

A Escola Naval consolidou-se como a principal instituição de formação dos oficiais navais, contribuindo significativamente para a modernização da Marinha. Em 1864, uma reforma curricular importante reforçou ainda mais a integração entre o ensino teórico e a prática, com uma ênfase crescente em treinamentos a bordo dos navios, preparando os futuros oficiais para enfrentar os desafios da guerra e da paz.

Conclusão

Este trabalho tem como objetivo principal investigar a formação dos Oficiais da Armada Portuguesa, durante o período em que a Família Real esteve afastada e seu subsequente retorno a Portugal. Nesse contexto, ele se alinha a outras pesquisas que analisaram a trajetória das instituições responsáveis pela formação do oficialato tanto na Marinha Portuguesa quanto na Brasileira.

Entre as principais fontes bibliográficas consultadas, destacam-se as obras de José Silvestre Ribeiro, Lucas Alexandre Boiteux, Antônio Luiz Porto e Albuquerque, Antônio José Duarte Costa Canas e Carlos André Lopes da Silva, além dos manuscritos disponíveis no Arquivo Histórico da Marinha Portuguesa.

O que diferencia nosso trabalho dessas referências é a questão que nos motiva. A leitura atenta das obras desses autores revela que o foco principal de seus textos foi traçar a trajetória da Academia dos Guardas-Marinhas e, assim, identificar a origem histórica da instituição de ensino militar que tem formado os oficiais da Marinha Portuguesa e Brasileira. No entanto, enquanto nossas abordagens compartilham esse interesse, nossa investigação também se concentra nas relações entre Portugal e outras potências ultramarinas europeias, como Inglaterra e França, especialmente, no que diz respeito ao modelo de formação que combina aprendizado teórico e prático. Essa análise é crucial para entender como, mesmo com o deslocamento da estrutura da armada imperial para o Brasil, buscou-se manter uma formação sólida em Portugal.

Se fez um estudo profundo e detalhado sobre o desenvolvimento histórico e educacional das escolas navais de Portugal e do Brasil. Nos estudos tivemos uma narrativa que entrelaça a evolução das instituições militares desses dois países, com um foco particular na formação de seus oficiais navais e o impacto disso nas suas respectivas sociedades.

A análise histórica segue um percurso que vai desde a fundação das primeiras escolas navais até os processos que resultaram na criação de instituições robustas e altamente especializadas, voltadas para a formação de oficiais com competências militares e científicas.

A hipótese 3, aventada na introdução dessa dissertação ao citar que o Império Português mesmo deslocando a CRGM, ou seja, a formação de Oficiais da Marinha Portuguesa para o Brasil, manteve em Portugal uma formação híbrida entre a Academia

Real de Marinha, em Lisboa, e pelo programa de Voluntários com aprendizado na prática, conforme modelo inglês. Posteriormente, com estudos na Escola Politécnica e, enfim, a criação da Escola Naval portuguesa.

A formação dos Guardas-Marinhas da Marinha Portuguesa, entre 1822 e 1845, ocorreu em um contexto profundamente marcado pelas disputas sucessórias da Coroa e pela Guerra Civil, entre D. Pedro IV e D. Miguel. Durante esse período conturbado, a instrução dos futuros oficiais navais refletiu as necessidades estratégicas do país, bem como as mudanças institucionais, que culminariam na fundação da Escola Naval Portuguesa, por D. Maria II em 1845.

A crise sucessória e a guerra civil (1828-1834) influenciaram diretamente a organização das forças armadas, incluindo a Armada Real. A divisão entre liberais e absolutistas não apenas fragmentou o país, mas também impactou a formação dos oficiais da Marinha, que se tornaram peças-chave nos combates navais. Os Guardas-Marinhas, em particular, foram treinados e empregados numa formação híbrida de academia na Academia Real da Marinha e com uma prática como voluntário na Armada Real.

A Academia Real de Marinha, que já desempenhava um papel crucial na formação de Pilotos, desde sua criação no século XVIII, manteve-se como a principal instituição de ensino náutico até as reformas subsequentes. No entanto, devido à instabilidade política, a Armada Real passou a depender também do recrutamento e da formação prática de "voluntários".

Com o fim da guerra civil e a restauração do governo liberal, houve um esforço para reorganizar a educação militar e técnica. Nesse sentido, a fundação da Escola Politécnica de Lisboa, em 1837, desempenhou um papel relevante na modernização do ensino científico e técnico em Portugal, influenciando, ainda que indiretamente, a formação dos oficiais navais. A introdução de disciplinas mais avançadas, como matemática aplicada, engenharia e ciências náuticas, preparava os Guardas-Marinhas para embarcar em Navios da Armada Real.

Esse processo culminou na criação da Escola Naval Portuguesa por D. Maria II, em 1845, consolidando uma estrutura de ensino superior dedicada exclusivamente à formação dos oficiais da Armada Real. A nova instituição representava a síntese das experiências adquiridas ao longo do período de instabilidade, incorporando tanto o

legado da Academia Real da Marinha, uma vez que a criação da Companhia Real de Guardas-Marinhas e seu Regulamento provisório do ensino dos Guardas-Marinhas, Aspirantes e Voluntários da Armada Real de 1826 não havia prosperado, quanto os avanços educacionais promovidos pela Escola Politécnica.

Em 1796, com a criação da Academia Real de Marinha, a formação de oficiais da marinha começou a ser organizada de maneira sólida, com um currículo acadêmico que incluía disciplinas matemáticas e técnicas, preparando os alunos tanto para a marinha de guerra quanto para a marinha mercante.

Um dos momentos mais marcantes na dissertação é a transferência da Companhia de Guardas-Marinhas e da sua Academia Real para o Brasil, em 1807. Essa mudança ocorreu no contexto das invasões napoleônicas, em Portugal, e da pressão britânica, levando a corte portuguesa a se transferir para o Brasil. A Academia e seus alunos embarcaram para o Rio de Janeiro, onde seria estabelecida a primeira instituição de ensino superior no Brasil.

A instalação da Academia no Brasil é descrita como um marco significativo para a educação no país. Ela não apenas deu continuidade à formação de oficiais navais, mas também desempenhou um papel importante na difusão do conhecimento científico e técnico, polarizando os estudos no Rio de Janeiro.

A Academia Real dos Guardas-Marinhas, por exemplo, abrigava uma biblioteca com manuscritos de grande valor histórico, incluindo a carta de Pero Vaz de Caminha e uma vasta documentação cartográfica.

Nesse contexto, Dantas Pereira desempenhou um papel crucial na estruturação e consolidação da formação dos Guardas-Marinhas no Brasil, durante o início do século XIX. Em um período marcado por intensas transformações políticas e sociais, decorrentes da transferência da corte portuguesa para o Brasil e das subsequentes mudanças geopolíticas, a necessidade de uma força naval organizada e bem treinada tornou-se evidente.

A Companhia Real de Guardas-Marinhas, criada para formar oficiais capacitados para a Marinha Portuguesa, tornou-se um legado duradouro da eficiente administração e visão estratégica de líderes, como Dantas Pereira. Ele compreendeu que a soberania marítima era essencial não apenas para a proteção territorial, mas também para o desenvolvimento econômico e a influência diplomática do Brasil no cenário

internacional.

Dantas Pereira, atuando com visão futurista, promoveu reformas significativas na instituição. Ele enfatizou a importância de um currículo abrangente, que incluía disciplinas náuticas, artilharia, matemática e ciências, combinado com um rigoroso treinamento prático em embarcações. Sua abordagem pedagógica garantiu que os guardas-marinhas saíssem da academia não apenas como marinheiros competentes, mas também como líderes versáteis e preparados para enfrentar os desafios da crescente complexidade do cenário marítimo global.

Além disso, Dantas Pereira foi um defensor da modernização dos equipamentos e métodos de instrução, alinhando a Companhia Real de Guardas-Marinhas aos padrões europeus mais avançados da época. Esse empenho em modernizar e adaptar a formação naval foi fundamental para transformar a marinha brasileira em uma força respeitável e competente.

Em resumo, a atuação de Dantas Pereira na organização e desenvolvimento da Companhia Real de Guardas-Marinhas foi de importância vital para a construção de uma marinha eficaz, um pilar da defesa nacional brasileira e um componente chave para a projeção do Brasil como uma nação emergente, com capacidade de defesa autônoma e influência no Atlântico Sul. Sua visão estratégica e compromisso com a excelência deixaram um legado que perdura na formação dos oficiais navais do país até os dias atuais.

Na dissertação, propomos a hipótese de que o Império Português, mesmo ao deslocar a CRGM, ou seja, a formação de Oficiais da Marinha Portuguesa para o Brasil, manteve em Portugal um modelo de formação híbrido. Esse modelo combinava a tradição da Academia Real de Marinha, em Lisboa, com um programa de Voluntários que incluía um aprendizado prático inspirado no sistema inglês. Posteriormente, essa formação foi ampliada com os estudos na Escola Politécnica e culminou na criação da Escola Naval Portuguesa.

Ao refletirmos sobre as circunstâncias que levaram à fuga de D. João VI para o Brasil, fortemente apoiada pela Inglaterra, é evidente que esse evento desencadeou uma série de transformações significativas na história do país. A transferência da corte portuguesa para o território brasileiro não apenas permitiu aos ingleses estabelecer casas comerciais, mas também consolidou sua posição como potência econômica,

influenciando cada vez mais a vida social e política do Brasil. Esse cenário propiciou a introdução de inovações como a imprensa régia, o telégrafo, o trem de ferro e a iluminação a gás, que moldaram o novo ambiente urbano brasileiro.

Essas transformações econômicas e sociais no Brasil ocorreram em meio a um contexto político europeu conturbado. É importante destacar que as mudanças políticas na França, resultantes do confronto entre o império de Napoleão e a marinha britânica, levaram à adoção de um modelo mais prático de formação dos Guardas-Marinhas. Esse modelo, que estudamos na dissertação, através de documentos encontrados no Arquivo Histórico da Marinha em Lisboa, assemelhava-se ao inglês, que sempre priorizou o treinamento prático a bordo de navios.

A busca por uma formação naval estruturada já era uma realidade em Portugal, proporcionada pelos ensinamentos da Academia Real de Marinha, em Lisboa. Isso é corroborado nas obras de José Silvestre Ribeiro, assim como nos documentos citados que relatam a formação de oficiais como Voluntários, os quais adotavam um aprendizado prático a bordo de navios de guerra ou se formavam na Academia Real de Marinha, complementando sua formação com embarques na armada real, conforme atestado pelo *Regulamento Provisório do Ensino dos Guardas-Marinhas, Aspirantes e Voluntários da Armada Real do Real Conselho de Marinha*.

Dessa forma, a pesquisa evidencia como a formação dos oficiais da Marinha Portuguesa foi moldada por influências internas e externas, refletindo as dinâmicas sociais, econômicas e políticas de uma época de grandes mudanças.

A partir de 1825, a formação dos Guardas-Marinhas passou por um processo de significativa transformação, refletindo as dinâmicas educacionais e geopolíticas da época. Com a gradual transferência da formação científica comprovada pela ARM para a Escola Politécnica de Lisboa, o sistema de ensino naval começou a se reestruturar. O Diploma fundador da Escola Politécnica, datado de 1837, indicou uma intenção clara de reorganizar o ensino naval, embora essa reorganização tenha ocorrido de forma indireta e a ênfase nas disciplinas pertinentes à náutica tenha ficado marginalizada.

Esse contexto desencadeou um debate acalorado entre os defensores do ensino politécnico e aqueles que defendiam uma formação mais prática e voltada para as necessidades marítimas, evidenciando as tensões entre teoria e prática. A criação da Escola Naval, em 1845, resultante do Decreto de 23 de abril e regulamentada pelo

Decreto de 19 de maio, marcou um ponto de virada crucial nesse cenário. A nova instituição estabeleceu um modelo de formação que equilibrava os dois primeiros anos de estudo na Escola Politécnica com os dois seguintes na Escola Naval, permitindo também que os formandos realizassem um período de embarque prolongado.

Essa estrutura não apenas profissionalizou a formação dos oficiais, mas também atendeu às exigências contemporâneas de um império em expansão, respondendo às necessidades de um contexto geopolítico em transformação. Embora a Marinha Portuguesa não tenha estado envolvida em grandes conflitos, durante o século XIX, as reformas no ensino naval resultaram em uma qualificação significativa dos oficiais. A combinação de formação científica com treinamento prático eficaz ampliou a capacidade da Armada em conduzir atividades relevantes, como levantamentos hidrográficos e a delimitação de fronteiras coloniais, contribuindo assim para a manutenção do império.

Dessa forma, a criação da Escola Naval e a regulamentação correspondente não apenas representaram um avanço significativo na modernização da formação dos oficiais da Marinha Portuguesa, mas também estabeleceram um equilíbrio vital entre teoria e prática. Este novo modelo educacional atendeu às demandas de uma época marcada por grandes transformações políticas, sociais e tecnológicas, consolidando a estrutura de ensino até meados do século XX. Portanto, essas reformas não apenas refletiram as necessidades do momento, mas também pavimentaram o caminho para a evolução da Marinha em um mundo cada vez mais complexo e interconectado.

Fontes e bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico de Marinha em Lisboa - Arquivo Geral, Cx 03, 1813-1910.

Periódicos

Gazeta de Lisboa, Lisboa, 1728.

Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 1938.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *A Academia Real dos Guardas-Marinha. In: BRASIL. Ministério da Marinha. História Naval Brasileira. v. 2, t. II, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 1979.*

_____. *Da Companhia de Guardas-Marinha e sua Real Academia à Escola Naval, 1782-1982. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982 (Biblioteca Reprográfica Xerox, 27).*

_____. “Perspectiva histórica da Escola Naval do Brasil”. *In: PORTUGAL, Armada da República de Portugal. Comemorações do Bicentenário da Companhia de Guardas-Marinhas e da sua Real Academia: 3-5-1982 - 24-3-1983. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 1985.*

_____; SILVA, Léo Fonseca e. *Fatos da história naval. Rio de Janeiro: Diretoria de Portos e Costas, 1971.*

D’EÇA, Vicente M. M. Almeida. *Estabelecimentos de Instrução Naval em Portugal principalmente sobre a Escola Naval, Lisboa. Imprensa Nacional. 1892.*

ALMEIDA, Tiago Manuel de. *Biografia de José Maria Dantas Pereira. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais, na especialidade de Marinha, Alfeite, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/25054>.*

BOITEUX, Henrique. *Nossos Almirantes. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1915- 1941. 9 v.*

_____. *O Chefe de Esquadra José Maria Dantas Pereira de Andrade: O primeiro diretor da nossa Academia de Marinha. Subsídios para a História Marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, p. 314-331, 1939.*

BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Marinha de Guerra Brasileira nos reinados de D. João VI e D. Pedro I (1807-1831). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1913.*

Ministros da Marinha (notas biographicas).
Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 3 v., 1933-1959.

Marinha Imperial na Revolução Farroupilha.
Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1935.

A Escola Naval (Seu histórico), 1761-1937 – primeira parte. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

CALMON, Pedro, *História do Brasil: O Império 1800-1889*, 4º vol., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947.

CASTRO, R. F. *Portugal e a invasão napoleônica: Consequências e Repercussões.* Lisboa: Imprensa Nacional, 2018.

CAMPOS, J.A.s & Santos, Nadja. (2011). *Academia Real dos Guardas-Marinhas: Os Primórdios do Ensino da Astronomia no Brasil.* 10.13140/RG.2.2.20280.57606. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343817794_Academia_Real_dos_Guardas-Marinhas_Os_Primordios_do_Ensino_da_Astronomia_no_Brasil/citation/download.

PEREIRA, José Maria Dantas. *Catalogo da Biblioteca da Academia dos Guardas Marinhas, creada por ordem de S.A.R.* (Manuscrito - Fac-símile) Rio de Janeiro, 1812.

DONIN, Luana de Amorim. *Academia de Marinha: normatização da formação militar naval no período de construção do estado imperial brasileiro (1837-1858).* 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/313>.

FERREIRA, Nuno Martins, *A Institucionalização do ensino da Náutica em Portugal – (1779-1807).* Academia de Marinha, Lisboa, Julho, 2017.

MARTINS, Ana Patrícia Morais da Fonseca. *Daniel Augusto da Silva e o Cálculo Actuarial.* Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, 2012.

GAMA, Edina Laura Nogueira da. *A Historiografia Naval Brasileira no Século XIX: O Pioneirismo de Theotônio Meirelles da Silva (1876-1884).* Dissertação (Mestrado). Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2017.

GEISTDOERFER, Patrick (2005). *La formation des officiers de marine: de Richelieu au XXIe siecle*, des gardes aux «bordaches». *Techniques & Culture*, 45. Disponível em: <https://journals.openedition.org/tc/1467>, Data 07/11/23.

GUEDES, Max Justo, “Bicentenário de nascimento do Chefe de Esquadra José Maria Dantas Pereira”. Adaptação de conferência realizada em 12/12/1972, pelo CMG Max Justo Guedes, no SDGM, tratando de aspectos biográficos do Chefe de Esquadra José Maria Dantas Pereira. *Revista NAVIGATOR* Nº6/1972. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/1523>.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

LIMA, Gislaine P. *Breve trajetória da Língua Inglesa e do Livro Didático de Inglês no Brasil*. Universidade Estadual de Londrina: 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/resumos-anais/GislainePLima.pdf>. Acesso em 20 nov. 2024.

MARTINS, Helio Leoncio. *Campanha Naval na Guerra Cisplatina*. In: BRASIL, Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira*. v. 3, t. I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.

MENDONÇA, Fernando José de. *A Marinha no Brasil Imperial: Política e Guerra no Século XIX*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2012.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli, *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)*, UFABC, 2013.

MOURA, Carlos Francisco. *O Ensino na Real Academia dos Guardas-Marinhas no séc. XVIII: Documento iconográfico da aula assistida por D. Maria I; Conjunto de gravuras didáticas; Os Novos Estatutos (1796)*, Academia de Marinha, Lisboa, 2019.

PEREIRA, Rodrigues, CASTRO, Paulo (coord). *Da Armada Real para a Marinha Imperial: as unidades e organismos que ficaram no Brasil e as que voltaram para Portugal*. Portugal, Comissão Cultural da Marinha: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2018, p. 248, ISBN 9789898159779.

PINTO, José Luís Leiria. “José Maria Dantas Pereira: o primeiro diretor da Academia Real dos Guardas-Marinhas no Rio de Janeiro”. *Revista da Armada*, Lisboa, n. 413, ano 34, nov. 2007. Disponível em: <https://goo.gl/yctr5Zl>. Acesso em: 2 jul. 2008.

RIBEIRO, José Silvestre, *Estabelecimentos Científicos Litterarios e Arstísticos de Portugal nos sucessivos Reinados da Monarchia*, TOMO VI, LISBOA, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1876.

RODRIGUES, José Honório. *História da Marinha do Brasil: Da Independência ao Império*. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

SCAVARDA, Levy. *A Escola Naval através do tempo. Subsídios para História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XIV, p. 9-294, 1955.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: Uma Biografia*. Companhia das Letras. 2019.

SILVA, Carlos André Lopes. *A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinhas e a emergência da profissão militar: um estudo através das normas – (1782-1839)*. Texto inédito apresentado na Anpuh Nacional, 2011.

_____, “Atuação da Marinha nos Conflitos da Regência e do Início do Segundo Reinado”. In: Armando de Senna Bittencourt. (Org.). *Introdução à História Marítima Brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

_____, “A Biblioteca da Real Academia dos Guardas-Marinha: a constituição e organização de um acervo especializado mediada pela formação profissional do oficialato militar-naval”. *Antíteses*, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 113–133, 2014. DOI: 10.5433/1984-3356.2014v7n13p113. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19037>. Acesso em: 8 nov. 2023.

SILVA, Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil, Tomo Quinto, Lisboa, Imprensa Nacional, pp.29-33, 1858.

SILVA, Jorge Manuel Moreira. *A Marinha de Guerra Portuguesa Desde o Regresso de D. João VI a Portugal e o Início da Regeneração (1821-1851): Adaptação a uma Nova Realidade*. Dissertação de mestrado em História Marítima, apresentada à Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 2009.

**ANEXO A - Regulamento Provisório do Ensino dos Guardas-Marinhas,
Aspirantes e Voluntários da Armada Real de 1826³³**

REGULAMENTO PROVISORIO

D O
ENSINO DOS GUARDAS-MARINHAS
ASPIRANTES, E VOLUNTARIOS
D A
ARMADA REAL.
Q U E

SUA MAGESTADE
FOI SERVIDO APPROVAR PELA SUA
AUGUSTA RESOLUÇÃO
DE 29 DE MARÇO DE 1826,
TOMADA EM CONSULTA
D O
REAL CONSELHO DE MARINHA:



L I S B O A:

NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1826.

³³ O arquivo está disponível na íntegra no link:
<https://onedrive.live.com/?redeem=aHR0cHM6Ly8xZHI2Lm1zL2YvYy9lOWI1ZTQ2NjQzNWU5MGFmL0V2R25ZVDRnSmpaRm5DZFRZRExadF9jQi1FQUMyNENEWDU1Yi1BcWx3X25JU3c%5FZT1B SGZwZ2E&id=E9B6E466435E90AF%21s3e61a7f1262045369c27536032d9b7f7&cid=E9B6E466435E90AF>.

ANEXO A - Regulamento Provisório do Ensino dos Guardas-Marinhas,
Aspirantes e Voluntários da Armada Real de 1826

(8)

TITULO II

Da Companhia.

7.º

A Companhia será formada pelos actuaes Guardas-Marinhas, e Aspirantes, ajuntando-se-lhes como Guardas-Marinhas extraordinarios aquelles Voluntarios, que estiverem nas circumstancias do Decreto de 13 de Novembro de 1800, e entendendo-se que nas futuras admissões se observará imprimeiramente o que está legislado no dito Decreto, e no Estatuto de Abril de 1796.

8.º

O total da Companhia deverá não exceder, em quanto a praça com vencimento de soldo, a quarenta Guardas-Marinhas, e aos actuaes Aspirantes que o vencerem, e será repartido em duas Brigadas, denominadas primeira, e segunda; em cada huma das quaes haverá o mais igual numero possível, 1.º de Guardas-Marinhas, que tenham concluido o Curso-Mathematico; 2.º de Guardas-Marinhas, que frequentem o dito Curso; 3.º de Guardas-Marinhas, cuja idade lhes impede que sejam matriculados na Academia, o que tambem se observará em quanto aos Aspirantes.

ANEXO B – Manuscrito referente aos Lentes da Academia Real de Marinha
(18.03.1814)

M.ª 1.ª 1814
Representando os Lentes da Academia Real de Marinha que os seus Estatutos se não observam na parte que respeita aos Pilotos da Armada Real, pois que estão nos assentamentos das Lentes da Navegação da mesma Academia, a derrota da viagem que acabam de fazer. Determina a sua Alteza Real que o Conselho do Almirantado passe a precisar ordens para que nenhum Piloto da Armada Real possa embarcar novamente em Navios de Guerra, sem que primeiro na forma dos mencionados Estatutos, entregue a recibo por onde consta ser apresentado ao referido Lente, a derrota da sua antecedente viagem, no termo de oito dias contados da sua chegada ao Porto desta Capital. O que V. Maj. fará prevendo no Tribunal para que se execute.

Des. quando a V.ª. Real do Governo em 18 de Março de 1814.

P. Allegre

S.º J.º Martin

Transcrição: Representando os Lentes da Academia Real de Marinha que em seus Estatutos se não observar na parte que respeito aos Pilotos da Armada Real, pois que estão nos assentamentos das Lentes da Navegação da mesma Academia, a derrota da viagem que acabam de fazer. Determina a sua Alteza Real que o Conselho do Almirantado passe a precisar ordens para que nenhum Piloto da Armada Real possa embarcar novamente em Navios de Guerra sem que primeiro na forma dos mencionados estatutos entreguem a recibo por onde consta ser apresentado ao referido Lente, a derrota da sua antecedente viagem, no termo de oito dias contados da sua chegada ao Porto desta Capital. O que V. Maj. Fará prevendo no Tribunal para que se execute.

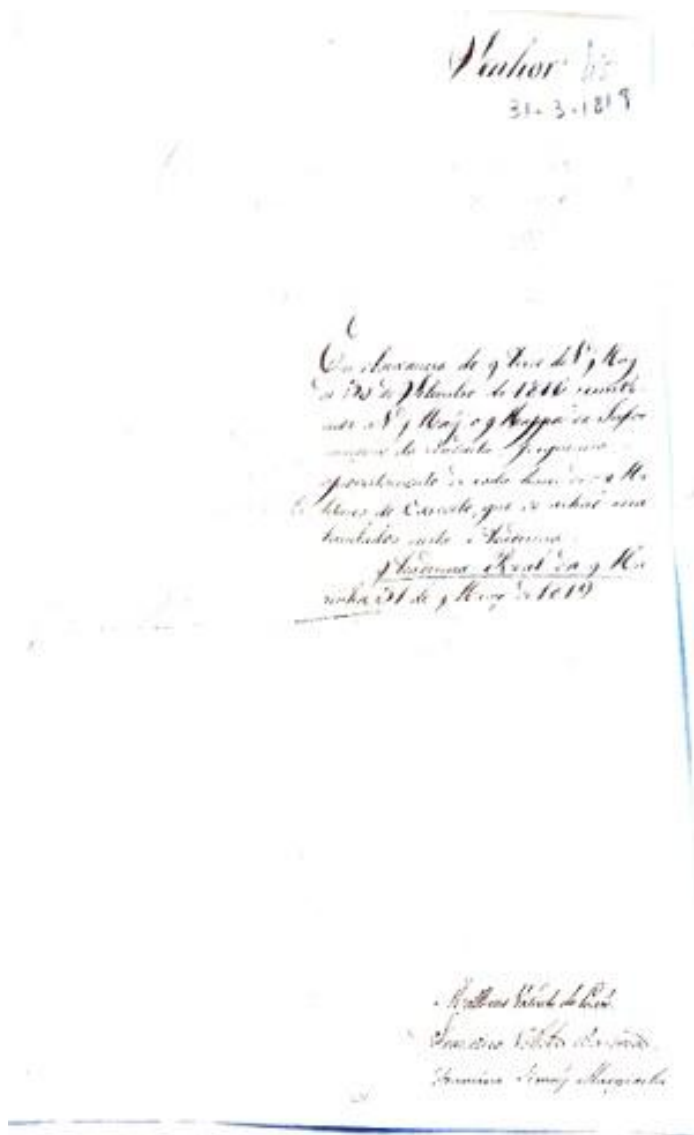
ANEXO C - Manuscrito referente a Requerimento para ser voluntário da Armada Real
(28.07.1819)

28-7-1819
 28-7-1819
 Em observância do Aviso de V.Maj. de 23 do corrente sobre o
 Requerimento de José Maria de Sousa, que pede ser voluntário da Armada Real. Temos
 honra de informar a V.Maj. que o "interessado" se possa tendo levado a pedido negado
 pode ingressar na carreira de PILOTOS DA Armada Real observando os estatutos que
 poderia conduzir aos postos militares. Quanto ao título de voluntário de viagem não há
 do nosso conhecimento por quanto só sabemos pelo Alvará de 20 de Maio de 1796 da
 denominação de Voluntários da Real Academia de Marinha, ainda que depois com
 maior extensão se tem chamado Voluntários da Armada Real

Não quanto pedem

Transcrição: Em observância do Aviso de V.Maj. de 23 do corrente sobre o Requerimento de José Maria de Sousa, que pede ser voluntário da Armada Real. Temos honra de informar a V.Maj. que o "interessado" se possa tendo levado a pedido negado pode ingressar na carreira de PILOTOS DA Armada Real observando os estatutos que poderia conduzir aos postos militares. Quanto ao título de voluntário de viagem não há do nosso conhecimento por quanto só sabemos pelo Alvará de 20 de Maio de 1796 da denominação de Voluntários da Real Academia de Marinha, ainda que depois com maior extensão se tem chamado Voluntários da Armada Real.

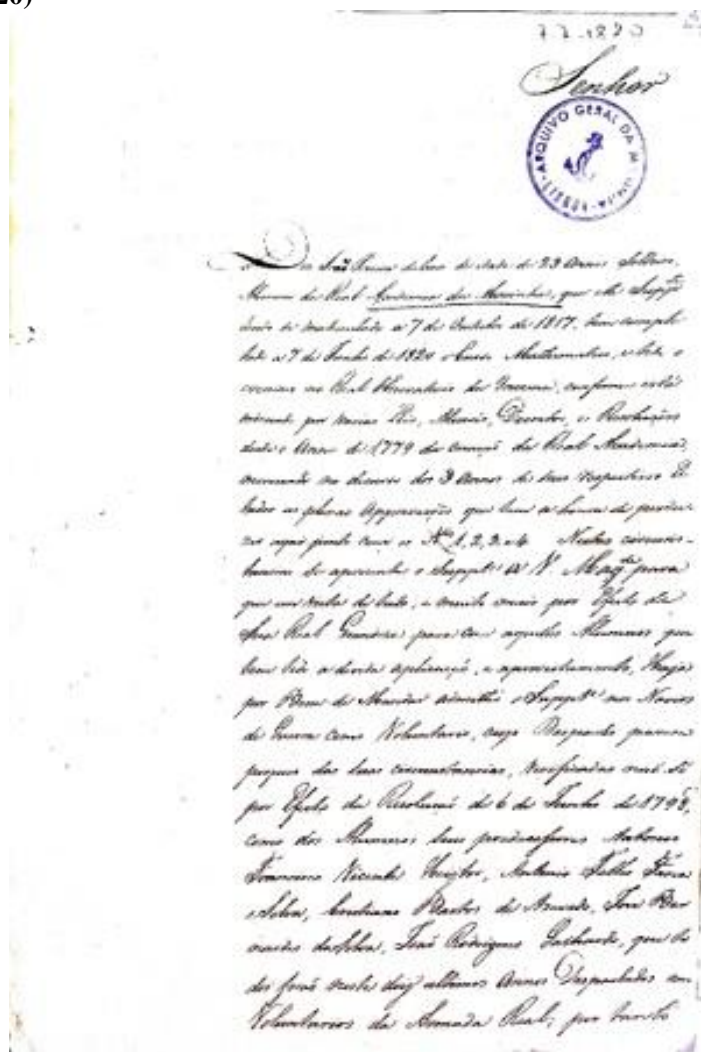
ANEXO D – Manuscrito referente ao primeiro ano do Curso de Matemática da Academia Real de Marinha (31.03.1819)



Transcrição: Dizem os alunos que frequentam o primeiro ano do Curso de Matemática da Academia Real de Marinha, que nos seus respectivos corpos, em consequência de ordem estabelecidos e sendo-lhes prejudicial a demora dos exames que por ordem de matrícula tem para muitos demora considerável tornando-se dificuldade e revisão das matérias que tratando involuntariamente, com o sobredito serviço e impraticável o processo de todos chamados a exame no curto espaço que decorre do mês de agosto em consequência do grande número que há de alunos.

É dado graça para que sejam contemplados em primeiro lugar a fazer o seu respectivo ato afim de poderem depois regressar aos seus corpos desimpetidos daquela tarefa, cujo bons expedientes se tornariam duvidosos pela razão expandida portanto.

ANEXO E – Manuscrito referente a aceitação de aluno nos Navios de Guerra como voluntário (07.07.1820)



Transcrição: Diz João Pereira, 23 anos, solteiro, Aluno da Real Academia da Marinha matriculado em 7 de outubro de 1817 e incompletado a 7 de junho de 1820 o curso de Matemática atendido o exercício no Real Observatório da mesma conforme está ordenado por várias Leis, Alvarás, Decretos e Resoluções desde o Ano de 1779 de criação da Real Academia da Marinha merecendo no decurso de 3 anos de seus respectivos estudos as plenas aprovações que tem a honra de produzir aqui junto com os anexos 1, 2, 3 e 4. Nestas circunstâncias se apresenta o “interessado” a V. Maj. para em vista de tudo e muito mais por efeito de sua Real Grandeza a devida aplicação e aproveitamento, haja por bem de mandar admitir o “interessado” nos Navios de Guerra como voluntário, cujo, despacho parecer próprio das suas circunstâncias verificadas não só por Efeito da Resolução de 6 de junho de 1798, com o dos Alunos seus predecessores Antonio Francisco Vicente, Antonio Telles Maria e Silva, Cristiano Bastos de Azevedodos últimos anos despachados em Voluntários da Armada Real portanto.

ANEXO F – Manuscrito referente a aceitação de aluno como voluntário na Academia Real da Marinha (11.05.1821)

Ar. no. 12010000119 do
Maio de 1821.

Senhor 11-5-1821
117



Em observância do Aviso de V. Magestade Real de 14 de abril próximo passado do Requerimento incluso de Caetano Alberto de Maia temos a honra de informar a V. Magestade Real que o interessado foi admitido a cursar as lições do 1º anno do curso de Mathemática desta Academia Real da Marinha na qualidade de Voluntário em 6 de Outubro de 1820 por não ter completado a idade dos 14 annos, que a Lei exige para a admissão a matrícula, e para cujo complemento lhe faltam e merecendo frequentar até apresentar com algum aproveitamento e com suas faltas que justificou. He quanto podemos informar a V. Magestade Real que mandara o que foi servido a Academia Real da Marinha em 11 de Maio de 1821.


Francisco Theodoro Barbosa
Tenente General
Joz. Cardoso Teó

Transcrição: Em observância do Aviso de V. Maj. de 14 de abril próximo passado do Requerimento incluso de Caetano Alberto de Maia temos a honra de informar a V. Maj. que o “interessado” foi admitido a cursar as lições do 1 ano do curso de matemática desta Academia Real da Marinha na qualidade de Voluntário em 6 de outubro de 1820 por não ter completado a idade dos 14 anos, que a Lei exige para a admissão a matrícula, cujo complemento lhe faltas e merecendo frequentar até apresentar com algum aproveitamento com suas faltas que justificou. Podemos informar a V. Maj. que mandara o que foi servido a Academia Real da Marinha em 11 de maio de 1821.

ANEXO G – Manuscrito referente a ingresso de alunos na Academia Real de Marinha (14.07.1821)

*Requerimento para o ingresso
na Academia Real de Marinha
em 14 de Julho de 1821*

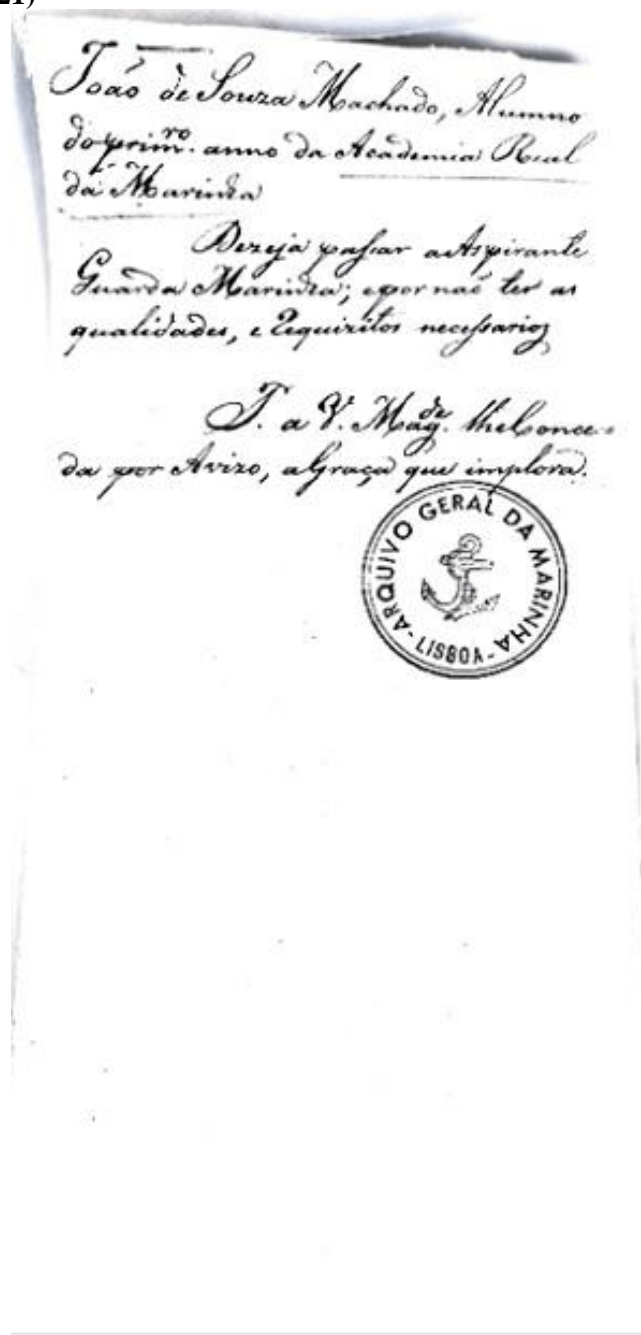
*123
Senhor
14-7-1821*



Dizem os Alunos Militares que frequentam o primeiro anno do Curso Mathematico da Academia Real de Marinha, que nos seus respectivos corpos, em consequencia de Ordens estabelecidas, e sendo-lhes prejudicial a demora dos Exames que por ordem de matricula tem para muitos demora consideravel, tornando-se difficuldade e revisao das matérias que tratando involuntariamente, com o sobredito serviço e impraticavel o processo de todos chamados a exame no curto espaço que decorre do mês de agosto em consequencia do grande numero que há de Alunos: supplicam a graça de serem dos V. Magestades supplicados e contemplados em primeiro lugar a fazer o seu respectivo acto, afim de poderem depois regressar aos seus corpos desimpetidos daquella tarefa, cujo bom exito se tornaria duvidoso pelas razões expostas por baixo.

Transcrição: Dizem os alunos que frequentam o primeiro ano do Curso de Matemática da Academia Real de Marinha, que nos seus respectivos corpos, em consequência de ordem estabelecidos e sendo-lhes prejudicial a demora dos exames que por ordem de matrícula tem para muitos demora considerável tornando-se dificuldade e revisão das matérias que tratando involuntariamente, com o sobredito serviço e impraticável o processo de todos chamados a exame no curto espaço que decorre do mês de agosto em consequência do grande número que há de alunos. É dado graça para que sejam contemplados em primeiro lugar a fazer o seu respectivo ato afim de poderem depois regressar aos seus corpos desimpetidos daquela tarefa, cujo bons expedientes se tornariam duvidosos pela razão expandida portanto.

ANEXO H – Manuscrito referente a solicitação de ingresso na Academia Real da Marinha (22.11.1821)




Transcrição: João de Moura Machado, aluno do primeiro ano da Academia Real da Marinha
Deseja ser Aspirante Guarda-Marinha, por não ter qualidades e requisitos necessários
À V. Maj.
Por aviso, alegação que implora.

ANEXO L – Manuscrito referente as atividades dos Lentes da Academia Real da Marinha (23.01.1826)

*Manuscrito em Livro de Mat.
em 23 de Jan 1826*

23-1-1826
Luís de Azevedo

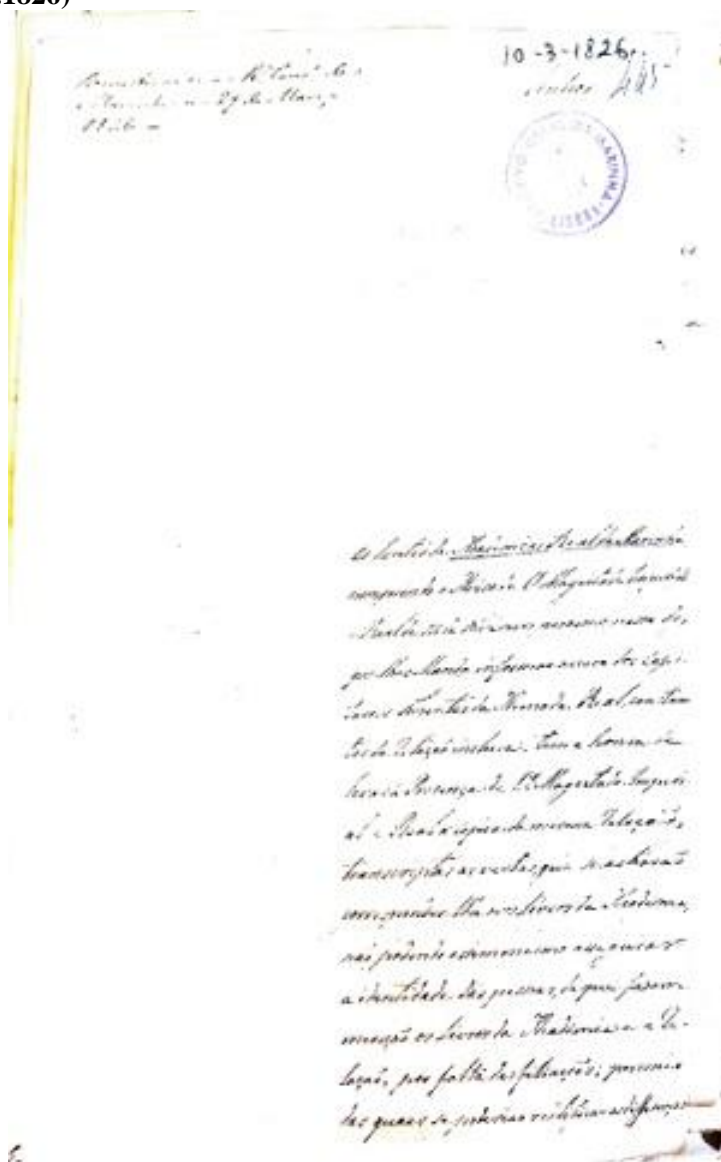


V.
 =
 C.
 =
 =
 =

*Relatório da Academia Real da Marinha
 sobre o cumprimento do Aviso de V. Maj.
 Imperial Real de 14 de dezembro próximo
 passado que lhe manda informar acerca dos
 estudos, aprovações, datas e partidas que
 tiveram os Primeiros-Tenentes da Armada
 Real constantes da relação inclusa, tem a honra
 de levar a presença de V. Maj. Imperial
 Real a cópia da mesma relação transcritas
 as verbas que se acharão correspondentes
 nos livros desta Academia, não tendo
 possível concluir mais cedo este trabalho
 pelo longo exame que exigia nem podendo
 assim mesmo.*

Transcrição: Os Lentes da Academia Real da Marinha cumprindo o Aviso de V. Maj. Imperial Real de 14 de dezembro próximo passado que lhe manda informar acerca dos estudos, aprovações, datas e partidas que tiveram os Primeiros-Tenentes da Armada Real constantes da relação inclusa, tem a honra de levar a presença de V. Maj. Imperial Real a cópia da mesma relação transcritas as verbas que se acharão correspondentes nos livros desta Academia, não tendo possível concluir mais cedo este trabalho pelo longo exame que exigia nem podendo assim mesmo.

ANEXO M – Manuscrito referente as atividades dos Lentes na Academia Real da Marinha (10.03.1826)



Transcrição: Os Lentes da Academia Real da Marinha cumprindo o Aviso de V. Maj. Imperial Real de 14 de fevereiro próximo passado que lhe manda informar acerca dos Capitães-Tenentes da Armada Real constantes na relação inclusa, tem a honra de levar a presença de V. Maj. Imperial Real a cópia da mesma relação transcrita as verbas que se acharão correspondentes nos livros da Academia podendo assim mesmo assegurar a identidade das pessoas de que fazem menção os livros da Academia e a relação por falta das filiações por meio das quais se poderia retificar as diferenças.

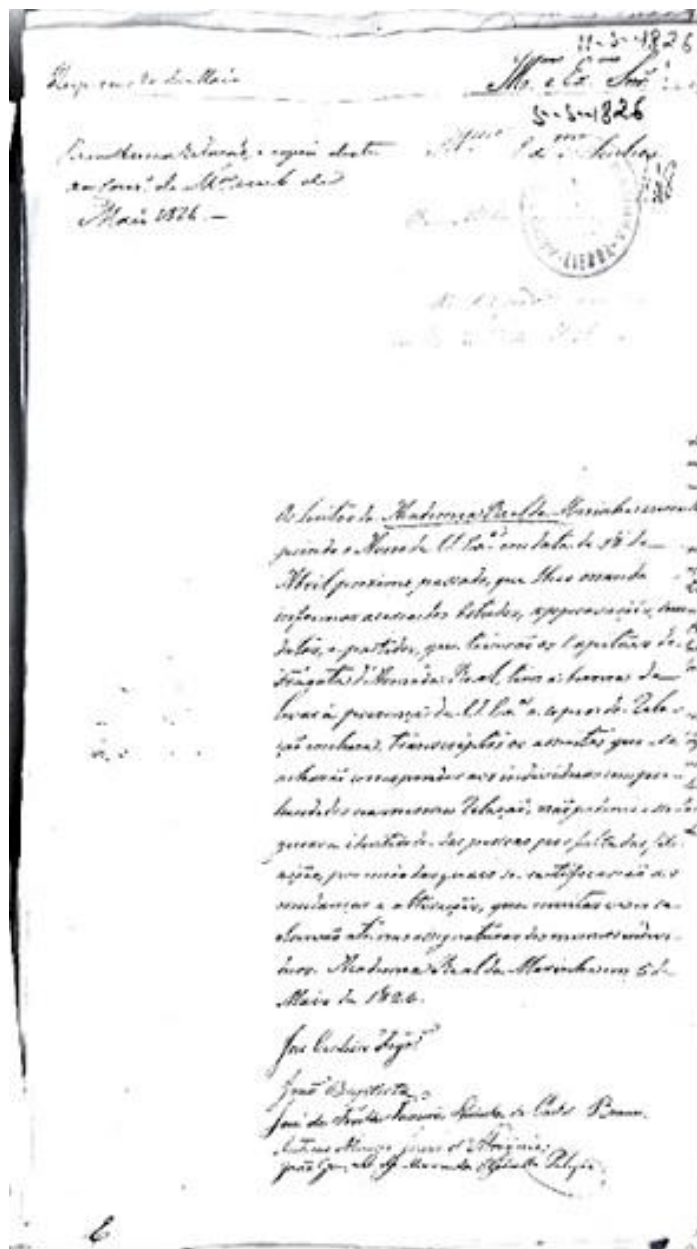
**ANEXO N – Manuscrito referente a petição para ser Aspirante a Guarda-Marinha
(08.03.1826)**

1826
Academia Real de Guardas 18-3-1826/8 -
A. A.

Autos Cíveis de petição proferidos em 1826 a Augusto Jorge Moreira para justificar a sua Nobreza e ser Aspirante a guarda Marinha.
1826

Transcrição: Autos Cíveis de petição palpada com essas datas do ano de 1826 a Augusto Jorge Moreira para justificar a sua Nobreza e ser Aspirante a Guarda-Marinha.

ANEXO O – Manuscrito referente as atividades dos Lentes na Academia Real da Marinha
(SEM DATA)



Transcrição: Os Lentes da Academia Real da Marinha cumprindo o Aviso de V. Maj. Imperial Real de 18 de abril próximo passado que lhe manda informar acerca dos estudos, aprovações, datas e partidas que tiveram os Capitães de Fragata da Armada Real, tem a honra de levar a presença de V. Maj. Imperial Real cópia da relação inclusa transcrita os assentos que se acharão correspondentes aos indivíduos comprometido na mesma relação não podendo assegurar a identidade da pessoa por falta das filiações por meio das quais se retificarão as mudanças e alterações que muitas vezes se observarão até nas assinaturas dos mesmos indivíduos.
Academia Real da Marinha 05 de Maio de 1826.